



#436

SÃO PAULO | OUT/NOV | 2016

PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

O ATIVISMO POLÍTICO DOS JOVENS

Desde as manifestações de 2013, movimentos de contestação romperam os limites das redes sociais e ganharam as ruas. Saiba como a juventude brasileira está se articulando para propor modificações no funcionamento das instituições sociais e políticas do País

JOICE TOYOTA QUER INOVAÇÃO NO GOVERNO

Cofundadora do Vetor Brasil desenvolve novos talentos a fim de contribuir para melhorias na qualidade da gestão pública nacional

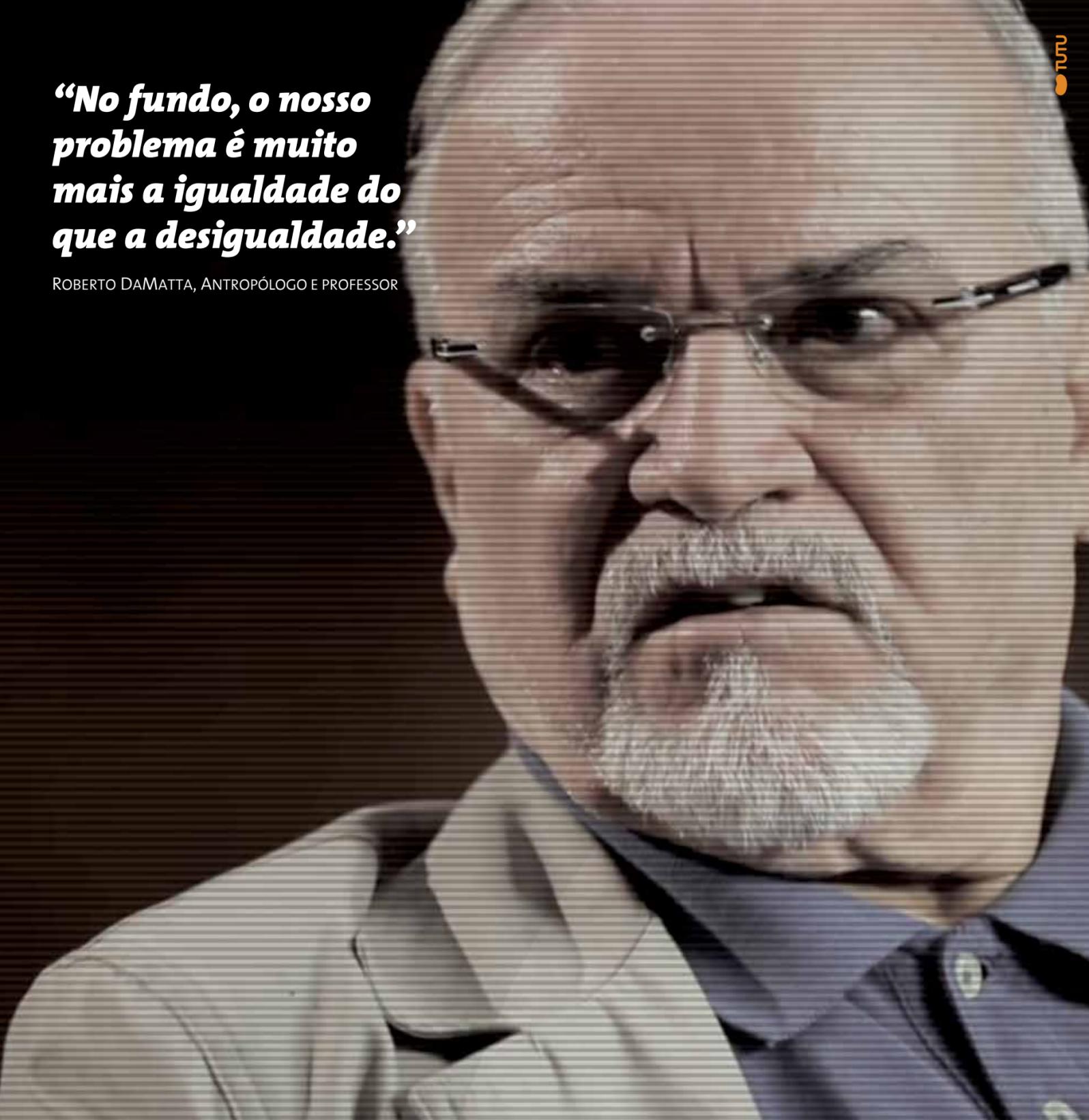
RIO DE JANEIRO: EUFORIA E CRISE

Com as finanças públicas arrasadas, Estado busca alternativas para atrair novos investimentos



“No fundo, o nosso problema é muito mais a igualdade do que a desigualdade.”

ROBERTO DAMATTA, ANTROPÓLOGO E PROFESSOR



TUTU

UMA IMERSÃO NO BRASIL

Em continuidade ao importante trabalho desenvolvido pelas entidades Sesc e Senac do Estado de São Paulo, a revista **Problemas Brasileiros**, em circulação desde 1963, entra em uma nova fase a partir desta edição, sob a coordenação editorial da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP).

Com a mesma seriedade e respeito com os quais a publicação levou aos seus leitores reportagens sobre os mais diversos temas, sempre com forte relevância nacional, cabe à Entidade a missão de manter acesa a luz sobre os problemas que impactam – e impedem – a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O propósito da revista vem ao encontro dos objetivos da Federação em lutar por ações de melhoria na gestão pública brasileira, e, para isso, conta com seus canais de comunicação como aliados nessa empreitada.

Um trabalho sem compromissos ideológicos ou de qualquer outra natureza que não seja com o desenvolvimento do Brasil, em todas as suas frentes, rumo a um modelo eficaz e sustentável de crescimento. A exigência é de um olhar penetrante que nos permita entender e agir em prol das transformações que tanto buscamos.

Do protagonismo dos jovens nas manifestações políticas, retratado na reportagem de capa, passando pela crise do Estado do Rio de Janeiro e pela reforma trabalhista na França e no Brasil, avançamos por questões vitais, incluindo os polos tecnológicos que podem tirar o País do atraso de cinco décadas em pesquisa a desenvolvimento.

O novo retrato demográfico do Brasil, ocorrido em razão dos avanços da medicina e da melhora nas condições de vida, é debatido em pauta que discute se estamos de fato preparados para associar longevidade e empreendedorismo.

Além disso, tratamos do acesso aos bancos escolares por pessoas com deficiência e o papel das instituições de ensino como agentes responsáveis por essa inclusão. Como entender os desafios de cada um e de toda uma sociedade?

Enfim, caros leitores, que este espaço seja, ao mesmo tempo, a continuidade e o início de uma jornada investigativa, séria, polêmica e, acima de tudo, necessária.

ABRAM SZAJMAN,

presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo, entidade gestora do Sesc-SP e do Senac-SP



CANAL FECOMERCIOSP. ASSISTA, ASSINE, OPINE.
DISCUTIR O BRASIL É FUNDAMENTAL.

WWW.YOUTUBE.COM/FECOMERCIOSP



Senac Sesc FECOMERCIOSP
Aqui tem a força do comércio

FECOMERCIOSP
Representa muito para você.

REDAÇÃO

Rua Santa Cruz, 722, 5º andar
CEP 04122-000
São Paulo/SP | (11) 3170-1571

PUBLICAÇÕES

DIRETOR DE CONTEÚDO **André Rocha**

GERENTE DE CONTEÚDO **Fernando Sacco**

EDITOR E JORNALISTA RESPONSÁVEL
Lucas Mota MTB 46.597/SP

REPÓRTERES **Filipe Lopes,**
Rachel Cardoso e Raiza Dias

FOTOS **Débora Klempous, Rubens Chiri, Folha Press**
e **Arquivo Centro Pró Memória Hans Nobiling**

ESTAGIÁRIA **Priscila Oliveira**

REVISÃO **Flávia Marques**

DIRETORES DE ARTE **Clara Voegeli**
e **Demian Russo**

EDITORA DE ARTE **Carolina Lusser**

DESIGNERS **Renata Lauletta,**
Lais Brevilheri e Paula Seco

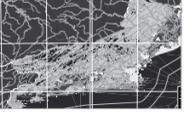
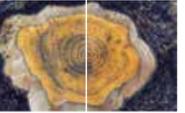
COLABORAM NESTA EDIÇÃO

Antonio Lanzana, Fabiola Perez, Herbert Carvalho,
Humberto Dantas, João Bosco Rabello, Miguel
Roberto Nitolo, Milu Leite e Paulo Delgado



PB | #436

Nesta edição, jogamos luz à crescente participação da juventude na política. Buscamos conhecer as razões de seu descontentamento e como ela está se organizando para cobrar mudanças nas instituições que regem o País. Conectados pelas redes sociais, os jovens se tornaram protagonistas dos recentes manifestos que ecoaram suas reivindicações Brasil afora.

6	Política	O PROTAGONISMO POLÍTICO DOS JOVENS	
12	Inovação	POLOS ONDE A TECNOLOGIA DESLANCHA	
18	Entrevista	JOICE TOYOTA QUER MELHORAR A GESTÃO PÚBLICA NO BRASIL	
24	Articlista	JOÃO BOSCO RABELLO	
26	Economia	O FUTURO DO TRABALHO REQUER MUDANÇAS	
32	Estados Brasileiros	RIO DE JANEIRO	
40	Educação	O CAMINHO PARA A ESCOLA DE FATO INCLUSIVA	
44	Meio Ambiente	CONCESSÃO PODE AJUDAR A PRESERVAR PARQUES	
48	Saúde	A FALTA DE VACINAS PARA ATENDER À DEMANDA	
52	Sociedade	O VALOR DA CRESCENTE FATIA DE IDOSOS NO PAÍS	
58	Articlista	PAULO DELGADO	
59	Biblioteca	JORGE CALDEIRA	
60	Cultura	OS 200 ANOS DA MISSÃO FRANCESA NO BRASIL	
66	Grande Angular	O RIO PINHEIROS E SUAS MODIFICAÇÕES	

PROTAGONISMO POLÍTICO JOVEM

As chamadas “jornadas de junho de 2013” foram o primeiro sinal eloquente de que eles estavam na área. Jovens de todos os matizes – da esquerda à direita – engrossaram as manifestações que tomaram conta das ruas das principais capitais brasileiras. De lá para cá, o ativismo da juventude brasileira só fez encorpar e ganhar voz, especialmente nas redes sociais, e em atividades concretas, de muitos que resolveram colocar a mão na massa, entender como funcionam as instituições, entrar nelas e tentar mudá-las

texto IRACY PAULINA

A

A família de Sophia Noronha, de 18 anos, moradora da capital paulista, sempre foi ligada em política por causa de seu avô materno. “Ele foi prefeito na cidadezinha onde minha mãe nasceu, numa época em que praticamente não se recebia salário fazendo política”, conta a estudante de Administração Pública na Fundação Getúlio Vargas (FGV). “As pessoas da cidade sempre procuravam meu avô para pedir alguma coisa, e ele não sabia dizer não. Pegava dinheiro do próprio bolso e dava, depois de bater um longo papo com o sujeito. Seu altruísmo era admirável”, relata Sophia, que herdou essa qualidade do parente. Teve início por aí sua militância.

Começou fazendo trabalho voluntário em albergues de moradores de rua e com alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Depois engrossou as manifestações de rua de grupos de esquerda. “Acho que passei a ser mais ativa politicamente depois das passeatas de 2013”, conta ela, que ressalta a importância dessas iniciativas coletivas para sua geração. “Elas levaram muita gente pela primeira vez às ruas. Acho que isso explica um pouco do intenso ativismo que vemos hoje por parte dos jovens brasileiros, especialmente de periferia. Acredito que o poder popular esteja se fortalecendo, apesar de cada vez mais criminalizado pelo Estado”, relata.

De fato, segundo o professor Marcelo Kunrath Silva, do Departamento de Sociologia e Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que desenvolve pesquisa sobre o tema, as jornadas de junho de 2013 foram um marco na história brasileira recente, mesmo que muitos argumentem que elas não deram em nada, já que pouco influenciaram as eleições do ano seguinte. “Não tem como entender o momento que

vivemos hoje no País, com todos os conflitos que enfrentamos, sem as manifestações de 2013. Elas produziram uma ruptura na dinâmica da política brasileira”, afirma Kunrath. Ele explica que houve uma grande mudança na dinâmica da estruturação das manifestações contestatórias. Antes monopólio de organizações sociais e políticas, esse protagonismo também passou a ser exercido por indivíduos e grupos articulados pelas redes sociais que atuavam nas várias fases dos protestos. De proposição de ações e mobilização de participantes a divulgação das informações e estabelecimento de pautas, entre outras tarefas. “Foi ali que se fortaleceu uma geração de ativistas que, mais tarde, liderou as manifestações pró-impeachment, como os movimentos Vem Pra Rua e Brasil Livre”, explica ele.

Também colocou em campo uma pluralidade de ativistas. Ganharam força movimentos feministas, contra a homofobia, contra o racismo e pela melhoria da educação. Sophia, por exemplo, encontrou o seu motivo de contestação em 2014. Ela estava no último ano do ensino médio no Colégio Santa Cruz, uma das escolas particulares de primeira linha da capital paulista, quando começou o movimento de ocupação das escolas públicas do Estado de São Paulo promovido pelos estudantes secundaristas. A manifestação contestava o projeto de reestruturação da rede estadual, lançado pelo governador Geraldo Alckmin, e chegou a ocupar cerca de 200 escolas em todo o Estado. Sophia ficou curiosa e, junto com um grupo de amigos do Santa Cruz, foi até a Escola Estadual Fernão Dias, no bairro de Pinheiros, a primeira a ser ocupada. Queriam saber como poderiam ajudar e para entender melhor como todo o movimento estava rolando. “Foi aí que eu me apaixonei. Percebi o quão incríveis e corajosos aqueles estudantes eram e o quão urgente eram, e ainda são, as suas pautas. Fui entrando mais na militância. Particpei de várias assembleias e dormi dois dias no Fernão”, relata. “Minha mãe se preocupava com o fato de eu não estar estudando para o vestibular, mas sempre achou o propósito muito nobre”, lembra.

Envolvida com a causa, a estudante teve a ideia de fazer o *Por que você quer fechar a minha escola?*, um documentário. “Percebi a riqueza do que acontecia dentro das escolas. A mídia, no entanto, tinha pouca sensibilidade em relação a isso, diziam muito pouco do que estava acontecendo de verdade. Pensei que tinha a possibilidade de mostrar um lado mais apropriado, honesto e cru”, explica.

Ela entende que pode fazer pouco porque acredita que não há espaço quando o assunto é escola pública. “Mas posso causar impacto fazendo com que as vozes que ouço sejam cada vez mais ouvidas. É isso que quis fazer com o filme: potencializar a voz de quem estava lutando na linha de frente, mostrar seus sonhos, suas críticas e suas vivências dentro da escola. É dessa forma que a gente cria empatia e inicia um diálogo”, conclui.

NA LINHA DE FRENTE

A trajetória de Sophia retrata um pouco do que muitos brasileiros de sua faixa etária viveram nos últimos anos e os caminhos que trilham para assumir um protagonismo evidente hoje no

cenário político brasileiro. Ela passou de simpatizante de causas sociais a atuante prática, não se contentando em ficar apenas como espectadora passiva do que entende que precisa mudar no País.

Esse movimento dos jovens foi captado por um estudo recente intitulado “Sonho Brasileiro da Política”, promovido em 2014 pela Box1824, uma empresa de pesquisa paulistana que mapeia tendências socioculturais. Sua proposta era fazer um retrato suprapartidário para entender as principais mudanças e expressões dos jovens em sua relação com a política. “Fizemos uma pesquisa em 2011 em um contexto bem diferente, quando a economia estava em crescimento. Vieram as jornadas de junho de 2013, com ampla participação dos jovens, então resolvemos retomar a pesquisa, agora focando só em política, para ver quais transformações estavam ocorrendo na cabeça da juventude brasileira”, explica a sócia da Box1824, Carla Albertune.

O estudo ouviu jovens de 18 a 24 anos, em duas etapas distintas. A quantitativa envolveu 1.128 pessoas das classes A, B e C, residentes em 24 Estados brasileiros. Para a segunda fase, a qualitativa, foram ouvidos 300 jovens de sete

capitais: São Paulo, Porto Alegre, Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Belém e Recife.

O resultado contrariou o senso comum de que o jovem brasileiro não se interessa por política: 91% dos entrevistados ficaram sabendo das manifestações de 2013 e 18% engrossaram as passeatas nas ruas (um contingente de 6,5 milhões de jovens). Há, claro, uma parcela que não liga para a questão. Foram batizados de “alheios” e representam 39% dos pesquisados. A boa notícia é que os outros 61% se interessam por política, em diferentes graus. De acordo com os pesquisadores, essa segunda parcela pode ser subdividida em três grupos. Uma fatia de 17% está no que eles chamam de “à deriva” e reúne jovens que foram impactados pelas manifestações de 2013, mas ainda não sabem como agir e esperam orientação. Um contingente de 28% é classificado como “críticos” e se manifestam principalmente pela internet, assinando petições ou compartilhando opiniões e informações.

No terceiro grupo, que corresponde a 16%, estão os que colocam a mão na massa. Esses, por sua vez, estão divididos em dois blocos: “agentes”, que atuam por vias mais tradicionais,

como projetos sociais, ONGs ou até partidos políticos. O segundo é, de acordo com Carla, um dos grandes achados da pesquisa, os “hackers da política”, jovens que procuram entender como a política funciona para construir ações que possam modificá-la. Por isso, a analogia com os hackers que exploram as fraquezas de sistemas para acessá-lo e fazer modificações.

MÃO NA MASSA

É o que tenta fazer, por exemplo, o coletivo Bancada Ativista, de São Paulo. Composto por cerca de 30 militantes de diversas causas sociais, com idades entre 25 e 40 anos, o grupo entende que, no atual contexto de crise no País, a solução envolve ocupar os espaços da política institucional com pessoas comprometidas com transformações justas e democráticas. Daí a criação do grupo visando às eleições municipais para eleger vereadores alinhados com esse perfil.

O grupo elaborou uma agenda comum e três objetivos. O primeiro era atrair votos para candidatos em concordância com as práticas e os princípios defendidos pelo movimento, com histórico de atuação na sociedade civil, além de apresen-

Palco de protestos em São Paulo (SP), Avenida Paulista é tomada por jovens em manifestação contra o aumento da tarifa de ônibus, em junho de 2013



Anderson Barbosa/Fotoarena/Folhapress



Adriano Lima/Brazil Photo Press

Manifestantes tomam espaços públicos para questionar coletivamente causas da vida cotidiana

tar real potencial de oxigenar o cenário político da cidade. O segundo ponto foca na construção de relações de cooperação e aprendizagem com os candidatos apoiados, suas equipes e outras organizações e movimentos que também procuram formas de desatar os nós que o movimento enxerga no cenário político atual. Por último, com todo o processo devidamente registrado, o grupo pretende gerar aprendizados relevantes que possam ajudar outros interessados em política e democracia com o mesmo viés de atuar pela transformação.

Para atingir seus objetivos, a Bancada Ativista promoveu um formato colaborativo e pedagógico de campanha, procurando fugir dos vícios da política tradicional. Um bom exemplo está nas ações que procuram estabelecer uma relação mais próxima com o eleitor e estimular a transparência, como o “Flertaço com candidatos”, que colocou oito dos candidatos apoiados por eles na rua à disposição do eleitor para perguntas olho no olho.

Outro exemplo de ativismo nos moldes identificados pela pesquisa da Box1824 é o do movimento Mapa Educação, composto por um grupo de jovens de várias cidades brasileiras, antes das eleições presidenciais de 2014, com o lançamento do Manifesto Mapa do Buraco. “Baseado em cem entrevistas com personalidades influentes na política e na educação do País, o documento delineou os principais problemas da educação nacional e maneiras de atacá-los”, explica o diretor de marketing e mídias sociais do movimento, Bruno Cordeiro de Proença. “Somos um movimento suprapartidário, que cobra transparência e resultados. Neste ano, fizemos a campanha Mapa nas Eleições, colhendo e acompanhando as propostas

dos candidatos a prefeito nos três maiores colégios eleitorais do Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Depois, iremos cobrar a realização dessas propostas ao longo do mandato dos eleitos”, explica. O movimento também atua incentivando projetos de empreendedorismo social na área de educação. Em 2016, iniciou outra frente de atuação em parceria com a Fundação Estudar: um laboratório de lideranças em educação em São Paulo, Porto Alegre, Recife e Brasília.

Segundo Proença, o movimento Mapa Educação é feito por jovens e para jovens. “Empoderamos e tentamos passar informações relevantes para que os jovens de todo o Brasil tenham dados sobre como está a educação no País e como podemos melhorá-la, o que devemos cobrar de cada político em sua área e como esses jovens podem criar projetos e serem líderes em sua região”, ressalta. Atualmente, a entidade conta com 50 membros na equipe central, mais 81 embaixadores, representantes do Mapa em todos os Estados. Esses últimos atuam em nome do movimento em eventos locais, e a partir do ano que vem estarão mais ativamente envolvidos na parte política. “Caberá a eles o acompanhamento das atividades política e legislativa dos representantes eleitos em seus Estados”, completa Proença.

Recém-formada no ensino médio, a curitibana Sayuri Magnabosco, de 18 anos, é a embaixadora do Mapa no Paraná, onde já organizou palestras sobre educação e um programa para capacitação das equipes do movimento. “Nós, embaixadores, damos representatividade e voz a todas as regiões brasileiras. É aí que fazemos a diferença. Funcionamos como megafones para a população”, explica Sayuri.

Informação como base para a atuação consciente. Esse também foi o ponto de partida para o empreendedorismo político do carioca Daniel Veloso da Cunha, de 33 anos, criar a startup Repolitica, em 2010. Trata-se de uma plataforma cujo objetivo é oferecer ao eleitor um perfil dos candidatos que disputam seus votos. “A ideia surgiu porque alguns colegas e eu sentíamos muito essa dificuldade de saber em quem votar quando chegavam as eleições. São tantos candidatos que o eleitor acaba votando sempre naquele que é mais conhecido ou no que tem mais dinheiro para investir em marketing, que não são necessariamente os que representam ou defendem os interesses de quem está votando”, explica Cunha.

A plataforma da Repolitica funciona como uma Wikipédia, de forma colaborativa. “Por meio de robôs, puxamos os dados básicos de todos os candidatos, por município, pelo banco do Tribunal Superior Eleitoral. Depois, quem conhece o político ou ele próprio pode acrescentar mais informações a esse perfil”, observa. Ao entrar na página, o eleitor faz um teste e recebe como resposta uma lista dos candidatos mais adequados ao seu perfil.

UM JEITO NOVO DE ATUAR

Por trás de todas essas iniciativas está uma geração muito peculiar de jovens. “Eles são extremamente idealistas, desafiam quem acreditam estar errado, não respeitam hierarquia e apostam na construção em conjunto, em relações horizontais, no diálogo”, afirma o cientista político Humberto Dantas, membro do Conselho de Economia, Sociologia e Política da FecomercioSP. Segundo ele, as instituições tradicionais ainda não sabem como lidar com esse perfil. Dantas fala com a propriedade de quem desenvolve um trabalho de educação política voltada para jovens em escolas públicas e projetos sociais.

Idealismo, no entanto, não significa que a nova geração de ativistas políticos não ande com os pés no chão. Bom exemplo disso é o catarinense Gustavo Empinoti, de 23 anos, que integra o movimento Mapa Educação como diretor de conteúdo. Formado em Ciências Políticas e Matemática na Universidade Stanford, nos Estados Unidos, onde continua cursando mestrado, ele faz pesquisa sobre a segurança pública no Rio de Janeiro e planeja voltar ao Brasil e traba-

ELES SÃO IDEALISTAS, NÃO RESPEITAM HIERARQUIA E APOSTAM NA CONSTRUÇÃO EM CONJUNTO, EM RELAÇÕES HORIZONTAIS

lhar em tempo integral com políticas públicas. “Quero ter algum impacto positivo no Brasil, usar a educação privilegiada que eu tive para tentar melhorar a vida daqueles que não tiveram a mesma oportunidade”, afirma.

Empinoti se diz animado ao ver sua geração querendo entrar para a política, o que não o impede de ter um olhar crítico sobre essa tendência. “Acho que muitos ainda restringem seu ativismo às redes sociais. Elas têm seu papel, mas há limitações e coisas que elas não têm o poder de mudar. Gostaria de ver o jovem mais envolvido na elaboração de políticas públicas, num acompanhamento mais próximo ou até mesmo me candidatando”, explica o rapaz. E conclui: “Nossa geração pode mudar o Brasil, e eu quero trabalhar para que cheguemos lá. Não conseguirei dormir em paz se não estiver fazendo algo para melhorar o País”.

Coordenadora da diretoria de gente do Mapa Educação, no qual atua em recrutamento e seleção de novos membros para o movimento, a psicóloga Brunna Meneguelli, 24 anos, de São Gonçalo (RJ), também leva fé nessa moçada. “Acredito que os jovens sejam agentes fundamentais no cenário político atual, como foram em outros momentos importantíssimos de nossa história”, diz ela. Um grande exemplo da atuação do jovem, destaca, é o movimento dos estudantes secundaristas, que, pelas ocupações das escolas, demonstraram que não aceitam passivamente o que acontece em seu ambiente educacional e querem ser ouvidos no debate sobre os caminhos a seguir. “Acredito que esse movimento seja uma amostra de uma geração mais crítica e politizada que vem se formando”, afirma Brunna.

Militante do movimento estudantil na década de 1980, a socióloga Rosemary Segurado hoje vê a filha Laura, de 17 anos, dar os primeiros passos pelo mesmo rumo, e as comparações são inevitáveis. “Na época, estávamos vindo de um regime militar e iniciando a redemocratização do País. Nós éramos muito mais temerosos do que essa geração da minha filha. A ocupação de escolas como tática de contestação para nós nunca esteve colocada”, compara Rosemary. Ela também admira a atuação política mais direta, horizontalizada, sem lideranças marcantes como acontecia em seu tempo de militância estudantil.

Aluna do ensino médio, Laura começou sua atuação no grêmio da escola, depois passou a frequentar as reuniões do Grupo Autônomo de Secundaristas (GAS) e do coletivo Mal Educado e, atualmente, faz parte do movimento Secundaristas em Luta de São Paulo, que nasceu da contestação do projeto de reorganização das escolas públicas paulistas e das ocupações em 2014. “Decidimos tudo em assembleia, em que todos possuem voz e aprendem a se impor”, explica Laura. Eles se organizam por grupos no WhatsApp e páginas no Facebook e estão colocando em prática as chamadas “caravanas de secundaristas” para trocar experiências com estudantes de outros Estados. Já foram para o Ceará e para o Rio de Janeiro. Além de lutarem por uma educação de qualidade, agora têm como alvo o movimento Escola sem Partido. Pelo visto, causas não faltam para animar essa juventude brasileira que quer mostrar o seu valor também na política.

&



O BRASIL COLECIONA POUCO MENOS DE CEM PARQUES TECNOLÓGICOS QUE, APESAR DE DISTANTES DA REALIDADE INTERNACIONAL, CAMINHAM PARA TIRAR OS ATRASOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO PAÍS. COM OS PÉS FINCADOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, ESSES ECOSISTEMAS DE INOVAÇÃO DESPONTAM TAMBÉM EM PRODUÇÃO AEROSPAIAL, SAÚDE, ECONOMIA CRIATIVA E ELETRÔNICA

BERÇOS DE INOVAÇÃO

texto RAÍZA DIAS

E

Embora estejam meio século atrasados em relação aos países desenvolvidos, os parques tecnológicos brasileiros despontaram, nestes últimos 15 anos, no território nacional. Em contraposição ao conceito de que tecnologia, pesquisa e inovação no Brasil nem sempre são prioridades, esses ecossistemas contam com uma quádrupla base de apoio: Poder Público, sociedade, academia e empresa.

Esse envolvimento conjunto visa recuperar o tempo perdido. “Tivemos nos últimos anos um crescimento forte na área de pesquisa e desenvolvimento científico. O Brasil é um dos 13 maiores países em termos de produção científica qualificada”, avalia o presidente da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec), Jorge Luis Nicolas Audy.

Segundo ele, apesar dos esforços dos parques, o País está atrasado na transformação do conhecimento desenvolvido em geração de riqueza. “Temos ilhas de excelência espalhadas pelo território nacional, o que mostra que sabemos o caminho e que precisamos investir nas áreas de ecossistema de inovação como verdadeiras plataformas de desenvolvimentos econômico e social. Mas ainda é pouco se com-

parado ao que o Brasil realmente precisa para trazer nossa economia, que hoje está no século 19, para o século 21.”

RAIO-X

Os dados mais recentes sobre parques tecnológicos do País, de 2013, mostram que há 94 iniciativas conhecidas, entre espaços em operação, em implantação e em projeto. Os números são do Estudo de Projetos de Alta Complexidade – Indicadores de Parques Tecnológicos, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Juntos, somam mais de 32 mil empregos gerados e quase mil empresas instaladas em suas áreas.

Os quatro elementos que constituem o funcionamento de um parque tecnológico são: a sociedade; o governo em suas diversas instâncias; as entidades empresariais; e as universidades, uma vez que os parques só existem se estiverem embasados no conhecimento e na educação de qualidade. “Não há condições de florescimento desse ambiente com perspectiva de longo prazo que não envolva a participação dos quatro pilares”, explica Audy.

A tecnologia da informação é a atividade mais latente nesses espaços (36%), seguida pelos setores de energia (27%), biotecnologia (26%) e saúde (20%). O País possui ainda polos com áreas de atuação com expressão internacional, a exemplo do Porto Digital, em Recife, forte em economia criativa, e São José dos Campos, reconhecido pelo trabalho aeroespacial.

A maioria das iniciativas está instalada nas regiões Sul e Sudeste, mas há demonstração qualitativa no Nordeste. Além de impulsionarem o desenvolvimento tecnológico, esses ambientes de inovação contribuem para geração de emprego, aumento da renda e mudança da realidade do entorno.

RELAÇÃO SOCIAL

Exemplo dessas mudanças é o Porto Digital, na capital pernambucana. O parque revitalizou uma importante região da cidade, além de valorizar o rendimento salarial dos trabalhadores e trazer alternativas para a economia local. Em meio a uma crise econômica mundial na década de 1990, com retração das indústrias têxtil e sucroalcooleira – responsáveis, até então, pela economia local –, Recife investiu em um parque tecnológico.

“TEMOS ILHAS DE EXCELÊNCIA ESPALHADAS PELO PAÍS, O QUE MOSTRA QUE PRECISAMOS INVESTIR NAS ÁREAS DE ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO”



JORGE LUIS NICOLAS AUDY, presidente da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec)

Na época, a instalação de grandes empresas da área de informática na região demandou formação de mão de obra, impulsionando o ensino de tecnologia na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Esse movimento elevou a qualidade do capital humano, tornando o Estado referência no País e no exterior na formação de profissionais de tecnologia da informação. “Estávamos formando profissionais para trabalhar em outras cidades, Estados e países. Foi aí que surgiu a ideia de criar uma política pública que fortalecesse a tecnologia”, explica o diretor de inovação e competitividade empresarial do Porto Digital, Guilherme Calheiros.

No fim de 2000, o parque foi instituído e todo o arcabouço legislativo para sua constituição e crescimento foi viabilizado. “O local atraiu negócios e hoje são 263 empresas, mais de 8,5 mil funcionários e acima de R\$ 1,4 bilhão em faturamento”, assinala Calheiros.

Desenvolvido com base em tecnologia da informação e comunicação (TIC), o Porto Digital percebeu aos poucos sua vocação para a economia criativa. “Essa área surgiu como uma necessidade. Um parque tecnológico raramente é monotemático. Nos estudos que fizemos, percebemos o potencial para a economia criativa, principalmente em design e música, que são

demandantes de TI, e já desenvolvíamos aqui. Então essa área foi naturalmente incorporada à estratégia do espaço”, explica o diretor.

Há três anos, inclusive, o parque inaugurou o Centro de Empreendedorismo e Tecnologias da Economia Criativa (Portomídia), segmento para fortalecer negócios nas áreas de games, animação audiovisual, multimídia, design, fotografia e música. Além de potencializar as múltiplas veias econômicas da região, o Porto Digital contribuiu para a revitalização urbana do histórico Bairro do Recife. A mão de obra local também foi beneficiada. A média salarial dos funcionários que trabalham nas empresas do Porto Digital é aproximadamente duas vezes e meia maior do que a do restante da cidade.

MULTIÚSO

Outra característica dos parques tecnológicos é sua multifuncionalidade. Esses ecossistemas de inovação nascem com base em TI, e conforme se desenvolvem, geram outros braços de atuação.

O Parque Científico e Tecnológico da PUCRS (Tecnopuc), em Porto Alegre (RS), passou por essa descoberta. “Começamos com TI porque as primeiras empresas que conseguimos atrair eram dessa área, além de haver uma demanda reprimida de professores desse nicho. Depois foi

natural. Identificamos outras áreas de atuação e identificamos o potencial de pesquisa e desenvolvimento das próprias universidades, atraindo empresas de outras áreas”, explica o diretor do Tecnopuc, Rafael Prikkladnicki.

Segundo ele, hoje 60% do parque são voltados para TIC. O restante está dividido entre energia e meio ambiente, ciências da vida e indústria criativa. “O principal ponto positivo dessa variedade é a capacidade de resolver problemas e agregar diferentes áreas complementares”, diz.

O Parque Tecnológico de São José dos Campos também se divide entre várias operações. Reconhecida pela pesquisa na área aeroespacial, a região encontrou outras possibilidades de atuação. “Se fizermos uma analogia com línguas, o parque é poliglota, com TIC, aeronáutica, infraestrutura e automotivo, permeando por vários assuntos”, indica o diretor Marcelo Sáfy.

DESENVOLVIMENTO

Por alocarem universidades, empresas e laboratórios, os parques tecnológicos propiciam o ambiente ideal para geração de negócios e desenvolvimento de pesquisas.

A In Loco Media, startup de plataforma de anúncios, deu seus primeiros passos na incubadora do Porto Digital. A ideia de negócio nasceu dentro da universidade e encontrou no parque a base para se viabilizar. O projeto tomou corpo, encontrou investidor e montou duas operações fora do Porto Digital, uma em Recife e outra em São Paulo. “A startup conta atualmente com 50 funcionários e espera dobrar esse número até o fim do ano. Com negócios também no exterior, a In Loco Media tem escritórios em países como Estados Unidos e Alemanha”, conta o COO e cofundador, Denyson Messias.

De São José dos Campos, mais do que negócios e descobertas tecnológicas, pode-se esperar criações do futuro. “Temos um laboratório que estuda materiais compostos. Essas substâncias irão compor o avião do futuro. O que hoje é metálico será, um dia, feito de composto. E isso está sendo estudado aqui”, indica Sáfy.

APOIO PÚBLICO

O apoio do Poder Público é essencial para a operação dos parques tecnológicos. Em São José dos Campos, o envolvimento da prefeitura garantiu o surgimento do espaço. “A gestão municipal entendeu, na época, que havia um momento adequado para a criação do parque junto com a

iniciativa privada. Para isso, o município fez um investimento em uma área e induziu a primeira grande empresa a vir ao parque”, relata Sáfy.

Desde a sua criação até hoje já foram R\$ 150 milhões investidos pelo município, segundo o diretor. Apesar de assinalada a importância das esferas federal, estadual e municipal no fortalecimento dos parques tecnológicos, nem sempre é possível contar com esse apoio. Prova disso é que houve uma freada de investimentos do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). A última grande chamada para captação de recursos foi realizada em 2013. “Conforme o ministro tem afirmado, precisamos recompor o fundo e, se tivermos fôlego, certamente novos apoios virão para a parte tecnológica”, explica o secretário substituto da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, do MCTI, Jorge Mário Campagnolo. Segundo ele, os recursos normalmente vêm do Fundo Nacional Tecnológico e são repassados por chamadas públicas. Além disso, são feitas parcerias com o CNPq, além de emendas parlamentares viabilizarem também a criação e o investimento nos parques.

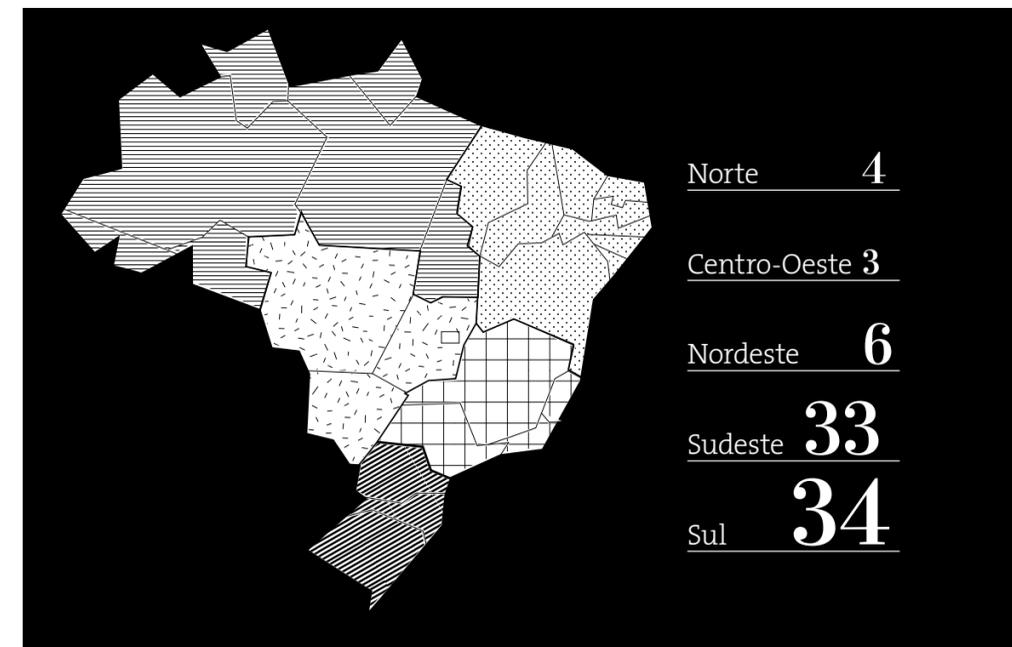
Apesar do esforço federal para apoiar o setor, os volumes de repasse são ínfimos se comparados ao cenário internacional. “O maior edital já feito para investimento foi em conjunto e somou pouco menos de R\$ 100 milhões, quando temos, em um único país desenvolvido, um aporte de US\$ 1 bilhão. Não tem como comparar”, aponta Calheiros, do Porto Digital.

LEGISLAÇÃO

Recentemente, entrou em vigor o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/2016), que veio para impulsionar o desenvolvimento tecnológico do País. Entre os pontos, a legislação incentiva pesquisa científica, prevê isenção e redução de impostos para importação de insumos, facilita processos licitatórios e aumenta o prazo para que professores universitários se dediquem a projetos de pesquisa e extensão.

No entanto, os parques lutam agora pela reinserção de vetos da ex-presidente Dilma Rousseff. “O Marco é uma evolução e poderia ter sido maior se fosse aprovado em sua integralidade. Estamos brigando para melhorar os vetos que seriam de fomento a novas tecnologias”, indica o diretor do Porto Digital.

Entre os vetos está o artigo que isentava o recolhimento de impostos previdenciários sobre bolsas de pesquisa e compra de produtos. Além disso, foi derrubado um trecho que dispensava licitação



Distribuição geográfica de parques tecnológicos por região



nas contratações de empresas com faturamento de até R\$ 90 milhões em casos de prestação de serviços ou fornecimento de bens elaborados que tenham aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos. Nesse sentido, há, inclusive, um projeto de lei para tentar reincluir os artigos vetados, atendendo à demanda do setor de pesquisa brasileiro. O PLS 226/2016, de autoria do senador Jorge Viana (PT/AC), está em tramitação.

FUTURO

Apesar da lacuna legislativa, do baixo volume de investimentos públicos e do cenário adverso para pesquisa e desenvolvimento, a perspectiva dos parques tecnológicos brasileiros é promissora.

“Começamos uma aproximação importante com a China há dois anos. O país é extremamente importante na rede mundial para desenvolver política, negócio, educação, ciência e economia”, comenta Audy, da Anprotec. Dessa parceria são esperados intercâmbios de experiência, convênio de troca de uso de espaços e abertura de mercado.

Além da relação internacional entre os parques brasileiros, esses ecossistemas se preparam para expandir em território e volume de mão de obra. No entanto, Audy alerta: “Precisamos ser mais estratégicos, sistêmicos, rápidos e articulados pra transformar nossa nação e a economia, gerar mais riqueza e posicionar o Brasil como protagonista no processo de desenvolvimento global”.



FECOMERCIOSP

*Empregador do Comércio,
aproveite esta oportunidade:*
**Planos de saúde
a partir de R\$ 207.¹**

Só a Qualicorp e a FECOMERCIO-SP oferecem inúmeras e excelentes alternativas para você escolher uma que atenda às suas necessidades. Líder de mercado, temos parceria com a FECOMERCIO-SP e mais de 470 entidades de classe para negociar o melhor para você.

Opção, qualidade
e credibilidade.



Deixe a Qualicorp oferecer o melhor para você.

0800 799 3003

De segunda a sexta-feira, das 9h às 21h; aos sábados, das 10h às 16h.

www.qualicorp.com.br/anuncio





JOICE TOYOTA

Engenheira de formação e com mestrado em Educação, a cofundadora e diretora-executiva do Vetor Brasil sustenta que a melhoria na gestão pública pode mudar o País

entrevista HUMBERTO DANTAS | fotos DÉBORA KLEMPPOUS

Durante o ensino básico, Joice Toyota alternou períodos na rede pública e outros em colégios particulares. Com essa experiência, pôde enxergar as grandes diferenças de oportunidades e perspectiva de vida que existiam entre os alunos dos bancos escolares mantidos pelo governo e os das instituições privadas. “Acha-va que nenhum brasileiro merecia a experiência da educação pública que oferecemos no Brasil. Tinha comigo a vontade de mudar essa realidade”, conta Joice, que conseguiu passar em um dos vestibulares mais disputados do País e se formou em Engenharia na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Com o diploma na mão, foi trabalhar em consultoria estratégica em empresas de diversos setores. Quis o destino que, em uma delas, Joice encontrasse a oportunidade de atuar em um projeto do Governo do Amazonas para reforma da educação no Estado.

“Era o que sempre quis fazer”, conta ela. Tanto que, terminado o trabalho, saiu da consultoria para atuar em outro projeto de reforma educacional, desta vez no Governo do Estado de Goiás. “Comecei a entender o que estava por trás da falta de professor em sala de aula ou de merenda. Via que no setor público o que mais falta é gestão”, explica. Então, Joice resolveu se capacitar para atuar nessa área. Fez MBA em Gestão e mestrado em Educação pela Universidade de Stanford, nos Estados Unidos, e se engajou na criação do Vetor Brasil, entidade que seleciona jovens formados nas melhores universidades nacionais para um programa de trainee em gestão pública, que ela apresenta nesta entrevista concedida à plataforma UM BRASIL e divulgada com exclusividade à **Problemas Brasileiros**.

Como nasceu a ideia do Vetor Brasil?

Na época em que estive nos Estados Unidos fazendo pós-graduação, o ambiente do Vale do Silício, na Califórnia, me contagiou, porque nunca tinha pensado em empreender socialmente. Meu objetivo era voltar ao Brasil e continuar trabalhando em governo. Mas comecei a questionar como poderia adicionar valor ao setor público de outras formas. O Zé [José Frederico Lyra Netto, cofundador do Vetor] e eu víamos um grande potencial de pessoas que ainda não enxergavam as portas de entrada do setor público, e pensamos que podíamos mostrar o caminho por acreditar que isso poderia ter grande impacto. Na época, ele fazia mestrado em Harvard e eu, em Stanford. Voltamos ao Brasil nas férias de verão e fundamos o Vetor Brasil. Tocamos as primeiras atividades durante o segundo ano da pós, de lá dos Estados Unidos.

Por que focaram na formação de trainees e não um curso de capacitação de servidores ou projeto de consultorias para determinadas secretarias?

O Vetor Brasil já existia desde antes de irmos para os Estados Unidos, mas numa versão muito menor, só com trabalhos voluntários, em projeto de consultoria para municípios pequenos. Íamos até eles, fazíamos um diagnóstico, víamos onde queriam estar depois de dez anos, criávamos os planos. Todo mundo gostava, o prefeito elogiava, porém, nada saía do papel. Percebemos que o impacto social era zero. Os prefeitos achavam o plano interessante, mas diziam que precisavam formar uma equipe para implantá-lo. Só que ninguém aceitava o desafio porque achava que o salário era baixo ou não tinha certeza se o trabalho era sério. Perguntavam: “Se eu for trabalhar no setor público, tenho de ser corrupto?”; e tinha quem comentava: “Trabalho no setor privado, mas não sei se teria as habilidades necessárias para agregar valor no público”; ou: “Não quero me distanciar dos grandes centros e me desconectar das redes e das pessoas”. Percebemos que podíamos superar essas barreiras com o programa de trainee.

”
O setor público é muito complexo. É preciso ter humildade para enfrentar um problema desse tamanho

Vocês são contratados como uma espécie de agência de talentos que capacita e coloca esses agentes em posições estratégicas nos governos?

Somos uma associação sem fins lucrativos. Não cobramos pelo serviço. Assinamos um acordo de cooperação técnica sem transferência de recursos para permitir que esse serviço aconteça para um maior número possível de governos. Em contrapartida, o governo tem de contratar o trainee e pagar o salário dele. Ele entra em um cargo de comissão normalmente preenchido por indicações políticas. Na prática, para um governante ter um trainee do Vetor Brasil, tem que abrir mão de uma indicação política. Se ele faz isso para contratar alguém que passa por um processo seletivo profissional conduzido pelo Vetor Brasil, já é uma demonstração de comprometimento suficiente para podermos trabalhar juntos.

Como esse agente é recebido dentro dos governos?

Normalmente, o trainee tem 25 anos, o que corresponde à metade da idade média dos servidores da equipe onde ele trabalha. Em geral, não tem experiência no setor público e vem de fora do Estado, porque otimizamos a alocação de acordo com os objetivos de desenvolvimento profissional do recém-formado, e não com o lugar onde ele mora. Ele chega para trabalhar num projeto que trará mudança para o setor público. Ou seja, há todos os fatores para não ser aceito com facilidade. Colocamos a responsabilidade da aceitação no trainee. Não achamos que a pessoa que está na equipe há dez anos seja responsável por fazer a integração de quem vem de fora. Então, temos um trabalho forte com o trainee para que chegue não só com a bagagem técnica, mas também com a de relacionamentos e dinâmicas interpessoais e, assim, possa mostrar como ajudar e ser um fator de apoio para a equipe na implementação das políticas públicas, não de competição ou atrito.

Algum desses agentes já manifestou o desejo de desistir por achar que não daria conta do desafio?

Recebo muitos pedidos de ajuda, porque para eles é extremamente frustrante, mesmo para aqueles que estão em secretarias que chamamos de “ilhas de excelência”. Uma vez, um deles me ligou chorando e dizendo que tinha descoberto que não conseguiria mudar o que tinha lá. Respondi: “Que bom que você descobriu isso, mas é importante ver que não estamos aqui para mudar um problema fácil ou que conseguiremos fazer isso em um ou dois meses”. Muita gente olha para o setor público de fora e pensa que o que falta é vontade. Nunca conheci um político ou um servidor público que acordasse e falasse: “Hoje estou sem vontade de mudar”. Não é só isso que falta. As pessoas acham que se inserirmos no setor público muitas pessoas do privado, de consultoria e de banco, conseguiremos resolver os problemas. O setor público é muito complexo, é preciso ter humildade para enfrentar um problema desse tamanho. Então, essa questão também faz parte do treinamento e do acompanhamento dos trainees.

Como trabalham o risco de esse trainee acabar se adaptando e apenas replicar antigos vícios do setor público?

O problema mesmo é garantir que o trainee, depois que entrou, continue se desenvolvendo sem se acomodar, sem se adaptar demais com o que tem ali, que ele continue agregando valor. No Vetor Brasil, a cada 30 dias fazemos uma série de perguntas a eles: “Como você está se sentindo?”; “Acha que agrega valor?”; “É feliz?”; “Sente-se realizado sendo trainee de gestão pública?”. No início do programa, os índices são altos. Dois ou três meses depois, há um mergulho, uma frustração grande, porque nada mudou ainda. Nesse momento, nosso papel como organização é levantar de novo a motivação. Falamos: “Você descobriu a complexidade e o tamanho do problema, não quer dizer que não será capaz de mudar. Agora, há mais condições de fazer uma mudança que seja sustentável e útil, e não apenas uma maquiagem”.

Com enxerga esses agentes e o impacto do trabalho do Vetor daqui a alguns anos?

No curto prazo, os trainees ajudam o governo a implementar projetos e serviços públicos melhores. Contudo, achamos que o grande valor do Vetor Brasil ainda vem do longo prazo, que é a criação de uma rede com profissionais altamente capacitados, bem-intencionados e com a vivência da passagem pelo governo. Temos de ter experiência do lado de dentro para saber quais são os desafios e os problemas. Não forçamos os trainees a ficar no governo para o resto da vida deles. Achamos que, hoje, o setor público não consegue oferecer todas as oportunidades necessárias para que um líder se torne um líder. Então, em alguns momentos talvez seja melhor para a carreira deles buscar isso em outros lugares, estudar fora, trabalhar num setor privado e no terceiro setor para, depois, ir para o governo.

Por que focaram a ação dos trainees em diferentes políticas públicas e não só em educação, que era seu foco inicial?

Por experiência própria verificamos que resolver o problema da educação passa por coisas muito além da Secretaria. O problema não está só dentro da sala de aula. Há um sistema imenso e supercaro por trás disso. A burocracia impacta em cada um dos serviços que entregamos nas áreas do governo – na escola, no hospital ou na segurança. Se esses nós não forem desatados no planejamento, na gestão e na governança, viram probleminhas aqui e ali e atrapalham a entrega dos serviços nas pontas. Quando estava dentro do governo, percebi que tudo está interligado.





O grande valor do VETOR BRASIL ainda vem do longo prazo, que é a criação de uma rede com profissionais altamente capacitados, bem-intencionados e com a vivência da passagem pelo governo

Qual é a diferença entre o programa de trainee do Vetor Brasil e os de empresas privadas?

Quando começamos a usar o nome “trainee de gestão pública”, víamos muitas similaridades. De fato, é um jovem que vai participar de coisas distintas e terá apoio em seu desenvolvimento. Mas vimos uma grande diferença entre o trainee de gestão pública e os das empresas em geral: quando acaba o nosso programa, o jovem fica solto, não está ali para seguir uma carreira em que vai virar um gerente. O trainee da empresa privada tem estabilidade, uma contratação mais ou menos tranquila. O nosso, não. Ele está num cargo comissionado, a forma mais instável de contratação. É muito mais desafiador ser um trainee de gestão pública do que de empresa mais tradicional. Por isso, batemos sempre na tecla de que aqui o jovem terá desafios muito maiores, que vão desde o ambiente de trabalho até outros fatores de carreira.

O que procuram na seleção dos trainees?

Buscamos jovens recém-formados mais ou menos com até três anos de experiência profissional de qualquer área e de qualquer lugar do Brasil. No último processo seletivo, tivemos inscritos de todos os Estados brasileiros, o que é muito importante porque queremos ter uma atuação nacional de fato. Não olhamos o curso. Pode ser um administrador público, uma pessoa que estudou Direito ou um engenheiro. Na rede, temos uma bióloga, um psicólogo, um geofísico. O que importa é que o candidato tenha disponibilidade e capacidade de aprender aquilo que será necessário na gestão pública.

Como escolhem os governos que irão recebê-los?

A seleção das vagas ocorre em paralelo. O governo pode falar: “Quero dois jovens muito inteligentes na minha área”. Respondo: “Ok, mas para quê? Convença-me que você realmente precisa. Convença-me que sabe qual é o valor que esse jovem vai agregar”. Se o governo não tiver uma oportunidade realmente relevante para esses jovens, em que eles possam se desenvolver profissionalmente, é um tiro no pé. É colocar uma pessoa motivada, capacitada, muito disponível num lugar em que fará mais do mesmo, sem oportunidade de se

desenvolver e ainda correr o risco de transformá-la em detratora do governo. Ela vai falar: “Eu tinha receio de que o governo não funcionava, fui lá e descobri que é isso mesmo”.

De que forma é feita a distribuição dos trainees pelas vagas disponíveis?

Fazemos esse pareamento de acordo com os objetivos de desenvolvimento profissional do jovem. Na nossa primeira turma, chegamos a trazer uma profissional que estava em Goiás para trabalhar em São Paulo e levamos um da capital paulista para trabalhar lá. Achamos que de acordo com perfil, objetivos e interesses deles, isso faria mais sentido.

Sendo uma mulher jovem, enfrenta alguma resistência quando apresenta o projeto do Vetor para gestores e governantes que, em geral, são homens na faixa dos 50 anos?

Quando comecei a trabalhar em governo, muitas pessoas me questionavam. Para nós do Vetor Brasil, esse é um ponto muito importante, tanto que temos um programa de desenvolvimento de liderança feminina para as gestoras das áreas em que há trainees atuando. Por quê? O ambiente do setor público brasileiro é muito masculino e muito machista na maioria das vezes, mas há exceções. É um dos motivos pelos quais acreditamos que o governo seja menos eficiente, por não abraçar a diversidade, não entender que pessoas diferentes podem agregar coisas diferentes e que a capacidade da entrega não vem da hierarquia. Mas sou uma pessoa otimista por definição e vejo que isso vem mudando muito. Tenho sentido cada vez menos esse preconceito ou o sexismo nas relações. Nos governos onde estamos, sinto muita abertura, tranquilidade de conversar de igual para igual com os secretários, os diretores e até mesmo os governadores.

Pensa em voltar a atuar no governo?

Sim, tenho muita vontade. Eu me realizo muito trabalhando com os jovens, preparando pessoas para potencializar o impacto delas dentro do setor público, mas em algum momento eu gostaria de estar do lado de lá no futuro.

&

O UM BRASIL é uma plataforma multimídia composta por entrevistas, debates e documentários com grandes nomes dos meios acadêmico, intelectual e empresarial. O conteúdo desses encontros aborda questões importantes sobre os quadros econômico, político e social do Brasil.

O material está disponível gratuitamente para meios acadêmicos, instituições, fundações e outras organizações que desejem promover e aprofundar a discussão sobre o Brasil.

Saiba mais em www.umbrasil.com



A ATACAR O MAL PELA RAIZ

Com a efetivação de Michel Temer na Presidência da República, a expectativa reformista é grande, mas o curto mandato que lhe resta recomenda moderação e pragmatismo, sob pena de frustração das metas a que se propõe.

É prudente que concentre o foco nos pontos essenciais de cada reforma em pauta – da política à previdenciária, as mais urgentes.

A tentativa de reformas amplas, como se viu nas últimas décadas, resulta em nenhum avanço, e por vezes, em retrocesso. Se assim foi em governos de mandato integral, e mesmo com popularidade, não será diferente neste que dispõe de dois anos apenas para tentar reverter a crise econômica.

No caso específico da reforma política, sempre evocada para contornar crises, seu ponto essencial é, na verdade, um ato corretivo: o resgate da cláusula de desempenho, surpreendentemente revogada pelo Supremo Tribunal Federal, em 2006.

Em resposta a uma Ação Direta de Constitucionalidade (Adin), impetrada pelo PC do B com os apoios de PT, PDT, PSB, Psol, PV, PSC, PRB e PPS, o STF concordou com a tese de que a cláusula de desempenho fere o direito de manifestação política das minorias.

Nada mais falso: a cláusula de desempenho se refere ao direito à representação de partidos no Parlamento, e em nada impede sua constituição, funcionamento e manifestação.

A regra exige percentual eleitoral mínimo nas urnas para que um partido tenha direito a voto e estrutura no Congresso Nacional, além de acesso ao Fundo Partidário.

Partidos podem existir às pencas, como é em todo o mundo. Mas para ter representação parlamentar, é preciso que conquiste votação mínima para garantir assento no Parlamento. Caso contrário, não tem legitimidade alguma.

Por um estranho conceito de direito de minoria, porém, o Supremo decidiu de forma a garantir o *status quo* atual, que concede a organizações sem respaldo eleitoral as mesmas condições destinadas a agremiações com indiscutível representatividade em eleições.

Dessa forma, o STF revogou não só a cláusula de desempenho, mas todo o esforço político para aprová-la naquele ano, com aplicação apenas uma década depois – ou seja, no presente ano de 2016.

Nesse intervalo, o quadro partidário chegou a 38 legendas, 28 delas com assento no Congresso dividindo o Fundo Partidário, hoje em R\$ 800 milhões, e com outras sete realmente representativas do eleitorado nacional.

Para agravar a situação, essas legendas nânicas são anabolizadas por outro mecanismo predatório, que é a coligação em eleições proporcionais, que viabiliza a eleição de deputados sem que o eleitor dela participe ou mesmo tome conhecimento.

Não constitui exagero – embora longe de justificativa – concluir que tal pulverização partidária, somada à motivação comercial da maioria das legendas nânicas, responde pelo sistema de cooptação eufemisticamente chamado de “presidencialismo de coalizão”. Nesse quadro, está o gene do mensalão.

A oportunidade está posta: trata-se de emenda constitucional do senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES), pela qual o partido político para ter representação plena precisará de 2% dos votos dados a todos os deputados federais, em pelo menos 14 Estados.

Em 2022, pela emenda de Ferraço, esse índice sobe para 3%, e em 2026, a 5% dos votos nacionais. Só assim a legenda passa a ter acesso pleno ao Fundo Partidário, participação em programas eleitorais e representação no Congresso Nacional.

A emenda ainda extingue a coligação em eleições proporcionais. Se em vigor hoje, o Congresso teria sete dos 28 partidos, eliminando-se amplo foco de corrupção política.

&



JOÃO BOSCO RABELLO

jornalista, é responsável pelo site político *Direto de Brasília*, editado pela Factual Informação e Análise

A Fecomercio Internacional é o serviço completo para ampliar os seus negócios.

Quer ultrapassar as fronteiras do mercado?

A Fecomercio Internacional é a aliada perfeita para aumentar o rendimento da sua empresa e auxiliar empreendimentos estrangeiros no Brasil. A consultoria identifica os parceiros, estuda a visibilidade de negócios, facilita o *networking* e proporciona um atendimento personalizado, além de realizar seminários e rodadas de negócios.

E para aumentar ainda mais o poder de concorrência no mercado, a Fecomercio Internacional apresenta um novo serviço. Agora, ela atua como facilitadora dos processos de importação para empresas do comércio, apoiando, assim, a diversificação do portfólio dos lojistas.

Saiba mais sobre as nossas últimas ações:

Em maio de 2015, a FecomercioSP organizou, em parceria com o escritório comercial da embaixada do Paquistão no Brasil, uma rodada de negócios com empresários paquistaneses, fornecedores de equipamentos e vestuário para a prática de esportes, visando a inserção de suas marcas no mercado brasileiro.

Já no mês de agosto de 2015, organizamos encontros de negócios direcionados à indústria de panificação e mercado final para a OIAB – Associação Central de Exportadores da Anatólia (Turquia).

Além de seminários empresariais realizados em abril e junho do mesmo ano em parceria com a Câmara do Comércio Brasil-Espanha e o Consulado Geral dos Emirados Árabes Unidos, respectivamente.

 **FECOMERCIO**
Internacional

 **FECOMERCIOSP**
Representa muito para você.

Para mais informação, envie um e-mail para contato@fecomerciointernacional.com.br ou ligue para (11) 3254-1704
Expand a sua empresa e faça bons negócios com a Fecomercio Internacional.



O FUTURO DO TRABALHO

No mundo todo, o universo do trabalho não é mais o mesmo de tempos passados. O avanço da tecnologia e a força de uma geração mais exigente promovem, em escala global, transformações significativas no entendimento entre empregado e empregador. Hoje, as relações de trabalho são bem diferentes de quando imperavam o empirismo e a desregulamentação. Leis específicas foram criadas para harmonizar esse milenar relacionamento com a finalidade de dar proteção e segurança ao emprego

texto MIGUEL ROBERTO NITOLLO

N

No Brasil, a legislação ganhou corpo, de fato, na década de 1930, no governo de Getúlio Vargas. Foi quando juristas e legisladores se reuniram com o propósito de criar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), um projeto de fôlego para aqueles dias e que teria se alongado por vários anos. A CLT é, em síntese, o ordenamento jurídico que rege as relações de trabalho, individuais ou coletivas, tendo por objetivo unificar todas as leis trabalhistas praticadas no País. Assinada festivamente em 1943, era uma necessidade constitucional diante de uma nação que avançava no campo industrial, distanciando-se aos poucos da economia agrária focada no cultivo do café. Na realidade, o Brasil já havia conquistado, antes mesmo do advento da CLT, alguns avanços pelas mãos do próprio Vargas, logo após a Revolução de 1930. Criara-se o Ministério do Trabalho e, com base nele, a Nação ganhou uma estrutura legal que patrocinou, por exemplo, a adoção de mecanismos como a carteira profissional, a convenção coletiva, a jornada do trabalho e a sindicalização.

É certo que de lá para cá muita coisa mudou e não foram poucas as alterações anexadas àquele conjunto de leis. Todavia, conforme observa a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a CLT apresenta os sinais da idade: “Há um descompasso entre o Brasil de 1943 e o Brasil moderno, o que torna imperativo uma reforma trabalhista”. Segundo o presidente do Conselho de Relações do Trabalho da entidade, Alexandre Furlan, em informativo divulgado pela instituição, “temos uma legislação trabalhista tamanho único, que dá igual tratamento ao que é diferente”. A mesma regra, ele lembra, “vale para todas as empresas, da pequena à grande; a todos os setores, da indústria ao comércio; na bonança ou na crise; e a todos os trabalhadores, ainda que sejam hipossuficientes ou que tenham poder de gestão, alta especialização e grau de instrução”.

Furlan sustenta que “o avanço na modernização das leis do trabalho se torna mais urgente porque é premissa básica para a melhora do ambiente de negócios e da competitividade da economia brasileira”. E exemplos de desacordo

da CLT com o mundo real existem às pencas. A própria CNI cita alguns: “Uma empresa de tecnologia estuda adotar jornadas flexíveis em que engenheiros e especialistas trabalhem em casa e organizem como bem entenderem o tempo e a forma de produzir de acordo com o prazo de cada projeto. Outra companhia cogita oferecer aos empregados a possibilidade de almoçar em 30 minutos e encerrar a jornada meia hora mais cedo, evitando, assim, o horário de pico no trânsito. Uma terceira empresa quer atender a uma simples demanda: um grupo de empregados com mais de 50 anos quer tirar férias em dois períodos. Ao avaliar os prós e os contras, no entanto, as ideias são descartadas para evitar problemas trabalhistas. Iniciativas concretas e aparentemente corriqueiras como essas, na realidade, ainda são uma empreitada de risco no Brasil. Elas esbarram na rigidez da legislação, sobretudo na CLT”.

FLEXIBILIZAÇÃO

Em períodos de crise, como o experimentado pela economia brasileira atualmente, esse desajuste fica mais evidente. Por isso, qualquer boa intenção com vistas a aproximar as leis trabalhistas da realidade é sempre bem-vinda. Nos últimos meses, o governo federal empunhou uma bandeira que, em outras oportunidades, também foi levada a campo, mas rapidamente recolhida por motivos políticos: flexibilizar a CLT e dar partida a um processo de modernização das relações entre empregados e empregadores. Na pauta, a atualização da legislação, a regulamentação da terceirização e a transformação do Programa de Proteção ao Emprego (PPE) de provisório em permanente. Criado em julho de 2015, o PPE nasceu com a proposta de evitar demissões mediante a redução temporária da jornada de trabalho em 30% e o encolhimento proporcional do salário. Os trabalhadores seguram seus empregos e ainda recebem do Estado uma compensação de 50% da perda salarial correspondente.

O revigoramento das leis trabalhistas é um sonho de muitos brasileiros. “A CLT virou uma ‘colcha de retalhos’ e permite interpretações sub-

jetivas”, disse o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, em um café da manhã com jornalistas em julho deste ano, garantindo que o governo “prestige” as convenções coletivas para decisões sobre jornada e salário. “A reforma é uma atualização da legislação, com o objetivo de simplificar para combater a burocracia”, ponderou.

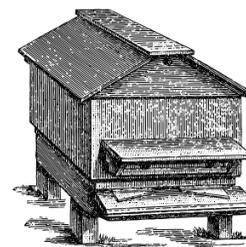
O Planalto sabe que vai encontrar espinhos pelo caminho. Todavia, as autoridades garantem que irão enfrentar todas as resistências para aprovar as reformas, tanto da previdência quanto das regras trabalhistas. Em artigo publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em junho de 2006, José Pastore, professor de Relações do Trabalho da Universidade de São Paulo (USP) escreveu, sob o título “Para onde o Brasil quer ir”, que “nenhuma reforma na área trabalhista é pronta e acabada. Nenhum país conseguiu resolver todos os problemas em um só esforço. Ao contrário, as mudanças trabalhistas introduzidas em Espanha, Inglaterra, Nova Zelândia e outras nações só deram certo porque foram encaradas como processos contínuos e sujeitos a constantes correções para conter os abusos ou os problemas que decorrem das próprias reformas”. Presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), Pastore, que havia participado em Salvador do “Fórum de Relações do Trabalho”, argumentou que nenhuma mudança na seara trabalhista foi aprovada até hoje sem a liderança firme do governo. “Nas áreas sociais é assim mesmo. A resistência é grande. Para vencê-la, o governante precisa ser didático e fazer o povo entender que sem as reformas a situação será pior”, concluiu.

A verdade é que a iniciativa governamental veio em boa hora. A FecomercioSP, por exemplo, avalia esses passos como um grande avanço. “Há muito tempo defendida, a atualização da CLT trará inúmeros benefícios a empregados e empregadores, uma vez que, segundo o anúncio, a proposta deverá privilegiar a negociação entre

as partes, ampliando as possibilidades de acordos que atendam às necessidades de cada ramo de atividade”, destaca a Entidade, ressaltando que a atual conjuntura impõe um diálogo racional e propositivo e que isso pode ser considerado como saldo positivo ante o cenário pessimista instalado no País até agosto deste ano. A Federação recomenda, entretanto, que o os ajustes sejam acordados entre empresas, funcionários e sindicatos com a menor intervenção possível da burocracia estatal. Em outras palavras, a oportunidade abre caminho para uma relação mais saudável entre os envolvidos, permitindo a manutenção do emprego em momentos de crise e o aumento salarial em períodos de crescimento.

As mudanças sonhadas por trabalhadores e patrões, no entanto, só serão completas com a solução da informalidade, problema que, no caso do Brasil, compromete a criação de empregos. Explica-se: o trabalho informal colabora com o crescimento do déficit público porque deixa de contribuir para a Previdência Social. Milhões de brasileiros sem carteira assinada e, por isso, desprotegidos, não recolhem para o sistema de aposentadoria, ocasionando um buraco que obriga o Estado a tomar empréstimos no mercado financeiro ou empregar recursos oriundos do superávit primário. “Os dois expedientes conspiram contra a geração de empregos”, afirmou Pastore em artigo publicado pelo mesmo jornal, em novembro de 2006. “No primeiro caso, porque os juros são pressionados para cima e os investimentos, para baixo. No segundo, porque os recursos retirados do superávit primário impedem investimentos nas áreas sociais e na infraestrutura que, como se sabe, são geradoras de muito trabalho”, explicou. O ponto de vista do professor da USP é atemporal e, portanto, atualíssimo.

No Brasil, as discussões em torno de mudanças nas leis trabalhistas têm o dom de estimular forças e gerar muito bate-boca. Afinal, é assim desde o começo: o capital e o trabalho, não propriamente avessos ao entendimento, divergem porque em boa parte dos casos os interesses são



NOVAS TECNOLOGIAS E NOVAS CARREIRAS. COM O ADVENTO DA INFORMATIZAÇÃO, ALGUMAS OCUPAÇÕES SUMIRAM; MUITAS OUTRAS, NO ENTANTO, GANHARAM VIDA



conflitantes. Mas nada é parecido com a batalha campal assistida pela França, em maio passado, que colocou de um lado os trabalhadores e, do outro, a polícia. O estopim que quase parou o país foi um projeto de reforma trabalhista apresentado pelo governo com o argumento de que era preciso dar maior flexibilidade às empresas para combater o desemprego.

NOVAS OCUPAÇÕES

No universo do trabalho é assim mesmo, ora afloram discussões, ora impera a harmonia. Nada, porém, capaz de barrar as novas ocupações que começam a despontar no horizonte, carreiras promissoras reservadas às próximas gerações. A quantidade de profissionais que vêm por aí, mostram as evidências, tem como foco essencialmente a ciência e a tecnologia, conforme ficou explicitado em um estudo recente desenvolvido na Inglaterra. Ocupações que podem ser agrupadas sob os tópicos Ambiental (fazendeiro vertical, fiscal das mudanças climáticas e lixólogo ou gestor de resíduos); Digital (advogados especializados em crimes virtuais, manipuladores de resíduos de dados em computador, organizadores de desordem virtual e peritos forenses digitais); Espacial (pilotos, guias turísticos e arquitetos espaciais, carreiras que surgirão naturalmente sob a égide da exploração interplanetária); e Saúde (consultores de bem-estar na velhice, cirurgões de aumento de memória, fabricantes de partes do corpo e nanomédicos). Vale esclarecer que o fazendeiro vertical se ocupará do cultivo de alimentos em edifícios de vários andares, e o nanomédico se dedicará ao tratamento em nanoescala.

Ao contrário de décadas passadas, quando a lista de profissões raramente agregava novas ocupações, o rol atual de atividades mostra uma realidade oposta: trabalhos seculares saindo de cena e a chegada de um sem-número de carreiras

até então não imaginadas pelo homem. A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) – documento do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das profissões – informa sobre a existência no País de 2,6 mil ocupações, um avanço de quase 200 profissões sobre o número do início da década. “Neste ano, 12 novas categorias profissionais foram incluídas, despontando entre elas agente de combate a endemias, condutor de ambulância, entrevistador social e mestre de cerimônias”, esclarece o MTE. Também detalha que a atualização leva em conta mudanças nos cenários cultural, econômico e social do País, que provocam alterações na dinâmica do mercado de trabalho.

O divisor de águas, em que novas profissões começaram a alcançar voo, data das duas últimas décadas do século passado, com a popularização do computador, que veio acompanhada, primeiro, da expansão da informática e, posteriormente, da internet e, como consequência, da automação de uma montanha de procedimentos no escritório e no chão de fábrica. Quem poderia imaginar, no passado, que um dia teríamos acesso a plataformas digitais, notadamente os aplicativos de computador, que abririam um campo de oportunidades para trabalhadores e investidores? E o que dizer das redes sociais, que reduziram o tamanho do mundo ao aproximar pessoas de todos os quadrantes?

Novas tecnologias, novas carreiras. Com o advento da informatização, algumas ocupações sumiram. Casos, por exemplo, de datilógrafos, reparadores de máquinas de escrever e linotipistas (operadores de linotipo, equipamento que fundia em bloco cada linha de caracteres tipográficos). Muitas outras, contudo, ganharam vida: administradores de rede, programadores e *webdesigners* (o profissional que desenha sites), para citar apenas algumas.

O avanço da digitalização sobre basicamente todos os ramos da atividade humana, uma escalada que se processa com incrível rapidez, dá margem a previsões catastróficas que falam do alijamento de milhões de pessoas do mercado de trabalho. O medo da robotização compreensivelmente tem tirado o sono dos mais pessimistas, assustados com notícias que falam na substituição do ser humano pela máquina, em especial nas fábricas de carros (na Alemanha, uma montadora já emprega mil robôs em sua linha de produção). “Muitos analistas argumentam, porém, que os impactos positivos das inovações tecnológicas são demorados, mas vêm”, escreveu Pastore no *O Estado de S. Paulo*, em outubro de 2014. Ele exemplificou, relatando que assim ocorreu com a introdução da mecanização na agricultura, o invento da máquina a vapor, a chegada do motor elétrico e a telefonia na indústria e nos serviços. “Em todos os casos, o emprego cresceu e os salários subiram depois de certo tempo. Na verdade, o mundo nunca assistiu a uma derrocada de desemprego nem a uma deterioração dos salários em decorrência de inovações que elevam a produtividade”, destacou.

NOVOS ARRANJOS

O fortalecimento do *home office* ilustra muito bem as transformações patrocinadas pela informática. Trabalhar em casa, de frente para a tela do computador, é uma opção que tem sensibilizado empregados e patrões, aqui e no exterior. A adesão a esse modelo registra forte crescimento, notadamente nos Estados Unidos, a maior economia do planeta, por uma razão bastante simples: ela é atraente para ambos os lados. Estudos mostram que o teletrabalho é estimulante para o empregado, que em casa quase sempre dedica mais horas ao ofício do que se estivesse na empresa (os minutos ou horas anteriormente perdidos no trânsito até o local de trabalho são revertidos em maior tempo livre). E não é apenas isso. O *home office* eleva a produtividade e propicia à firma empregadora economia nas contas do aluguel e da energia, entre outras benesses.

Com a alteração do artigo 6º da CLT, em 2011, pela Lei nº 12.511, os direitos do trabalhador remoto foram equiparados aos do trabalhador presencial, aquele que fica na empresa. Há uma atualização que ainda não deu guarida ao tra-

balho terceirizado, por exemplo, e está em fase de análise pelo Senado depois de já ter passado pela Câmara Federal (Projeto de Lei nº 4.330/04). A terceirização entra em cena quando uma empresa contrata uma prestadora de serviços para executar tarefas determinadas e específicas. A questão, além do fato de que esse tipo de negócio carece de regulamentação, é a polêmica em torno do que pode ser terceirizado: se apenas as atividades-meio ou as atividades-fim (a atividade principal da companhia). Já aprovado pelos deputados federais, o projeto de lei regulamenta a terceirização para a atividade-fim – boa ideia para alguns, péssimo negócio para outros. A corrente que não apoia a liberação das atividades-fim a terceiros, representada pelas entidades de classe dos trabalhadores, diz que a lei, caso aprovada pelo Congresso Nacional, contribuirá para a precarização do mercado de trabalho. Já seus defensores, em especial os empresários, garantem que ela terá força, entre outras coisas, para inibir a expansão da informalidade e aumentar a competitividade do País.

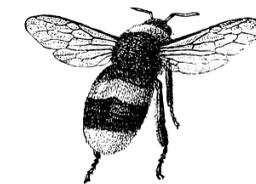
Resistências à parte, a verdade é que não dá para fechar os olhos para a modernidade. Em outubro do ano passado, em audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, o professor da Faculdade de Economia e Administração da USP, Hélio Zylberstajn, observou que “as transformações no mercado de trabalho são decorrentes do fato de que houve uma mudança qualitativa no campo da produção. Atualmente, a empresa que deseja produzir não precisa criar uma cadeia produtiva verticalizada. A empresa vencedora é aquela que consegue horizontalizar essa cadeia, e isso tem impactado todo o mercado de trabalho, em especial a terceirização”.

A novela do trabalho terceirizado já dura 12 anos. É um tempo exageradamente longo, mas

a da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais é ainda mais longa: 21 anos, contados desde o momento em que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 231/95 começou a tramitar na Câmara Federal, na qual está até hoje. Em defesa da referida PEC, os sindicalistas garantem que a redução em pauta poderia criar 3 milhões de empregos, aumentando em apenas 1,99% os custos totais das empresas. O empresariado contesta, alegando que os custos seriam mais elevados e que a Constituição Federal já permite a redução da jornada diária por meio da negociação coletiva, não existindo, portanto, razão para a pretendida mudança. O diretor do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Francini, afirmou em depoimento à imprensa que “não há no mundo experiência de redução de jornada com geração de emprego. Essa é uma medida contra o emprego”. Também ressaltou que a entidade é a favor da negociação caso a caso, tanto que, segundo ele, muitos acordos do gênero já foram fechados com sucesso.

As mudanças estão em marcha e, queiram ou não, nada será como antes. Pastore escreveu no *Diário Paulista*, em novembro do ano passado, que “daqui para frente, cada vez mais as pessoas serão contratadas e remuneradas com base naquilo que produzem e não em razão do tempo que dedicam ao trabalho. Isso exigirá extensas mudanças nas leis rígidas que foram criadas num tempo em que nem o computador existia e muito menos os bancos de Big Data, os robôs e a inteligência artificial”. Em suma, segundo ele “os desafios são enormes, tanto para a educação quanto para a CLT”.

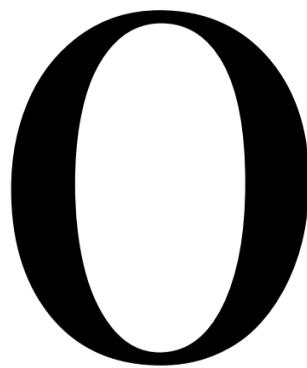
&



RIO DE JANEIRO DERROCADA DO PETRÓLEO, OLIMPÍADA E CRISE

Após decretar calamidade financeira, o Estado do Rio de Janeiro assiste ao esgotamento de seu modelo econômico. A dependência dos recursos do petróleo colocou a unidade federativa em uma crise sem precedentes. Agora, passados os Jogos Olímpicos, é momento de corrigir falhas na gestão e investir em setores com potencial para salvar o Estado da falência, como o turismo e a indústria

texto FABIOLA PEREZ



O Estado do Rio de Janeiro viveu nos últimos meses um dos momentos mais contraditórios de sua história. Enquanto a cidade sediava os Jogos Olímpicos e se tornava o centro das atenções do mundo, o restante vivia (e vive) às sombras de uma crise financeira sem precedentes. A raiz do problema é a queda no preço do barril do petróleo e a consequente redução dos *royalties* que sempre abasteceram a economia estadual. Cidades como Macaé e Campos experimentaram por anos a sensação de fartura e chegaram a se destacar mundo afora. Hoje, porém, ostentam empreendimentos abandonados e registram picos de desemprego. Se a economia do País não apresenta bom desempenho desde 2013, pode-se dizer que o Rio de Janeiro é um dos Estados que mais reflete os efeitos dessa crise. Fatores negativos como a dependência dos recursos naturais, a queda da arrecadação de impostos, a crise da Petrobras e o desemprego fizeram a unidade federativa acumular despesas na ordem de R\$ 58,8 bilhões. “O Rio está falido”, afirma o governador interino, Francisco Dornelles. O erro fatal do Estado que mais produz petróleo no País foi nunca ter pensado em um plano B. “É como se você contasse com um salário e não o recebesse mais de uma hora para outra”, diz o professor de Administração do Ibmecc-RJ, Fernando Filardi. Hoje, o único caminho é investir em outros setores com potencial, como o turismo e a indústria, para sair do caos.

O Rio de Janeiro já passava por uma crise menos aguda, mas contou com o alívio da desco-

berta do pré-sal, em 2007. Nesse período, muitas cidades se desenvolveram apoiando seu orçamento integralmente em recursos naturais. “Há uma dependência quase que total do petróleo, até por uma decisão errada dos governantes que sempre tiveram um planejamento totalmente vinculado aos *royalties*”, afirma Filardi. De acordo com o Governo do Estado, o orçamento foi feito com base no preço do petróleo a US\$ 100 por barril, que em 2015 teve seu valor reduzido a US\$ 30. Com isso, houve grande perda de receita para cobrir gastos. A queda no preço afetou toda a cadeia de fornecedores, provocou a redução nos projetos da Petrobras e derrubou também a arrecadação do ICMS, que sofreu queda de 38% na comparação entre 2015 e 2014. Em 2016, a previsão de redução é de 60% em comparação aos anos anteriores. Uma série de fatores explica a derrocada do Rio. “Houve uma combinação exagerada de otimismo e uma dura volta à realidade”, ressalta o professor de Estratégia da Fundação Dom Cabral, Paulo Vicente Alves. De 2003 a 2010, a população se sentia mais otimista com as possibilidades vindas do pré-sal, e esse ânimo perdurou mesmo em tempos difíceis, como em 2008, com a crise internacional. “Foi uma armadilha fiscal que induziu as pessoas a gastar mais”, explica Alves.

Em 2014, com o crescimento do País próximo a zero, muitos Estados começaram a sentir os efeitos da crise econômica nacional. Mas, segundo o consultor e especialista em contas públicas, Raul Velloso, dois fatores específicos prejudicaram o Rio. “Uma face do problema é conjuntural: questões de curto prazo que impactam nas finanças do setor público. A outra é estrutural. O Brasil atravessou a maior crise dos últimos tempos e isso abalou fortemente a economia”, diz ele. Como consequência disso, em junho deste ano o Rio de Janeiro teve de decretar, pela primeira vez na história fluminense, estado de calamidade pública. Essa condição prevê basicamente um pedido de ajuda financeira à União para evitar o colapso dos serviços públicos. Um dos déficits do Rio é o fiscal, o Tesouro. Isso porque os maiores contribuintes eram a Petrobras e as empresas terceirizadas que prestavam serviço a ela. “Toda a indústria petrolífera parou, toda a cadeia foi afetada”, explica a economista do instituto Coppead de Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Margarida Gutierrez.

Um dos erros mais graves de gestão para um Estado dependente do petróleo é não pensar na

O RIO DEVERIA TER SE INSPIRADO EM MODELOS COMO OS DA NORUEGA E DO CHILE, PAÍSES TAMBÉM DEPENDENTES DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E COBRE, MAS QUE CRIARAM FUNDOS PARA MOMENTOS DE OSCILAÇÃO DO MERCADO

abertura de um fundo soberano para poupar o excedente dos *royalties*. Quando o barril era vendido a US\$ 100, a arrecadação subiu muito. Entretanto, o Rio deveria ter se inspirado em modelos como os da Noruega e do Chile, países também dependentes da produção de petróleo e cobre, mas que criaram fundos para momentos de oscilação do mercado. “No entanto, a criação desse tipo de instrumento passa pela revisão da lei e são mudanças que os governantes não se preocupam em fazer”, pondera Margarida. No Rio de Janeiro, essa estratégia de planejamento de gastos nunca foi feita. “É preciso mostrar aos investidores que em uma situação de menor crescimento há recursos para sustentar um superávit mínimo”, diz o cientista político do Ibmecc-RJ, José Luiz Niemeyer.

Uma das regiões mais dependentes do petróleo é o norte fluminense, formado por cidades que concentraram sua economia em apenas uma atividade – especialmente Campos e Macaé conseguiram rendas extraordinárias com o petróleo. Com isso, os custos de produção nessas cidades subiram, inibindo o desenvolvimento de outros segmentos. Restaurantes, hotéis e shoppings foram abertos para atender à demanda existente e à que se consolidaria para os próximos anos. Mas hoje existe uma série de estabelecimentos vazios. Itaboraí enfrenta situação semelhante. A cidade apostou nos lucros que poderiam vir do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e investiu no setor de comércio e serviços. Contudo, após as denúncias de corrupção, a Petrobras interrompeu o projeto que previa a construção de duas refinarias. Com mais atividades econômicas, provenientes do projeto de extração de *commodities*, aumentaram as despesas com a máquina estatal, abrindo espaço para a corrupção. Os cargos comissionados e, conseqüentemente, as folhas de pagamentos também aumentaram. Com isso, os recursos do petróleo passaram a ser incorporados às receitas para o custeio geral do Estado.

Outra crise que o Rio de Janeiro enfrenta é a da previdência. O Estado tem 223 mil servidores ativos e 230 mil inativos e pensionistas, o que representa um gasto anual de R\$ 25 bilhões e R\$ 17 bilhões, respectivamente. Com isso, o governo teve de renegociar o salário dos servidores públicos. Ao mesmo tempo, o percentual de idosos aumenta a cada ano. “Mais contratações e reajustes foram feitos, e viúvos e aposentados ganham o mesmo que servidores na ativa. Esses são alguns dos problemas que explicam o crescimento sistemático do gasto com pessoal”, afirma Raul Velloso. Criada em 1999 para unificar pagamentos de aposentadorias e pensões para servidores estaduais, a Rioprevidência tem um déficit estimado em R\$ 12 bilhões para 2016. Mais uma agravante: 95% dos *royalties* do petróleo no Estado financiam a previdência. “O correto seria modificar a lei de gastos orçamentários para redefinir o destino dos *royalties*”, destaca Alves, da Fundação Dom Cabral.

VITRINES DA CRISE

O caos nas contas públicas do Rio castiga diferentes setores, como os do comércio, da indústria e de serviços. Não à toa, um dos efeitos mais rápidos da crise é o aumento do desemprego. Pesquisa do IBGE divulgada no início deste ano mostrou que a taxa de desemprego atingiu 5,1% em janeiro de 2016 em comparação aos 3,6% registrados no mesmo mês do ano passado.

Como os recursos próprios acabaram e a principal fonte de abastecimento secou, o Rio de Janeiro assiste à derrocada de suas principais atividades. As indústrias de petróleo, óleo e gás e pré-sal foram muito prejudicadas e, com isso, os demais setores foram afetados. “O comércio também está parado, flutuando menos que o setor industrial, mas também está a reboque. Um dos amortecedores da crise é o setor de serviços, porque as pessoas ainda consomem”, explica Margarida, da UFRJ. A educação e a saúde públicas também foram duramen-



te atingidas pela falência do orçamento estadual. Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) relatam que o Estado rompeu contrato com empresas terceirizadas e que operam com materiais que sobraram de 2015.

Os mesmos efeitos da precariedade também podem ser sentidos na segurança pública. A Polícia Civil tem viaturas sem manutenções e armas com defeitos. Nas delegacias, faltam profissionais de apoio e verba para itens básicos. O sistema de saúde pública acumula um déficit de R\$ 1,4 bilhão em contratos que não foram pagos pelo governo aos seus fornecedores. O Estado sofre com a superlotação nas unidades de saúde e os problemas de infraestrutura. Os hospitais universitários estão operando no limite, como o Pedro Ernesto, vinculado à Uerj, em que as internações e os procedimentos médicos são limitados. Restringir o atendimento em uma unidade que oferece tratamento a pacientes com câncer, realiza transplantes e atende pessoas com doenças raras pode representar alto risco para a sociedade.

Nos últimos anos, um dos setores que avançou o emprego no Rio foi a construção civil, principalmente em razão dos Jogos Olímpicos. Agora, o futuro dos 30 mil trabalhadores contratados para as obras de mobilidade urbana é incerto. A queda na arrecadação do petróleo também deixou o emprego comprometido. “Terceirizados de empresas que prestavam serviços à Petrobras foram demitidos e toda a cadeia de profissionais foi afetada”, diz Niemeyer, cientista político do Ibmecc-RJ. Na área do petróleo, foram contratadas pessoas com alto nível de especialização. As empresas criaram cargos específicos, o que mobilizou as universidades a criar esse tipo de aperfeiçoamento. “Há um desemprego de profissionais bem qualificados, e quando isso acontece pode levar a uma evasão do País”, diz Filardi. Para Alves, da Dom Cabral, “os jovens fazem parte do grupo mais atingido pela carência de postos de trabalho, porque ainda não têm experiência e sofrem com o mercado fechado e com a falta de perspectivas”.

Refinaria no interior do Estado: queda do preço do petróleo agravou a crise das contas públicas

É POSSÍVEL DRIBLAR O CAOS?

Especialistas dizem que, em momentos de dificuldade, é possível tirar algumas lições para não repetir as mesmas falhas no futuro. Embora ainda não tenha se estagnado, a crise fluminense já deixa alguns ensinamentos. Houve erros na gestão e na aplicação do dinheiro que se tinha em caixa. “A agenda de gastos públicos passou a ser vista como estratégica, mas tem hora que não é possível manter o mesmo nível de gasto que se tinha”, afirma Niemeyer. A política econômica do Estado seguiu, segundo o cientista político, a mesma adotada pela ex-presidente Dilma Rousseff. “O Rio de Janeiro foi usado como um catalisador econômico, e as contas da administração chegaram agora em função de um gasto exagerado”, afirma. Em razão do elevado déficit e por ter sediado a Olimpíada, o Rio contou com uma ajuda extra de R\$ 2,9 bilhões do governo federal. Outra medida foi a renegociação da dívida do Estado com a União, que concedeu mais 20 anos para quitação de débitos e outros benefícios. Os impostos também foram reajustados para aumentar a arrecadação. A despeito dessas ações, outras devem ser adotadas.

Mudar a regra para a exploração do petróleo é, segundo Margarida, da UFRJ, uma iniciativa que poderia atrair novos investidores. Atualmente, a Petrobras, junto com o setor privado, tem obrigatoriedade e direito de participar de todas as etapas da exploração do recurso natural. “Se o fornecedor local oferece um preço muito alto, o investidor não vem”, diz a economista. “A plataforma produzida aqui é três vezes mais cara do que a de fora, isso causa problemas como o aumento no preço da gasolina.” Essa mudança precisaria passar pela aprovação do Congresso. O raciocínio é simples: como a estatal está sem dinheiro em caixa, é oneroso participar de todas as operações de exploração do pré-sal. Para não desestabilizar ainda mais as contas, a Petrobras teria de cobrar um preço mais elevado por seu serviço. Com a possibilidade de abertura para outras empresas privadas, defende Margarida, os investimentos poderiam ajudar na retomada do crescimento da cadeia do petróleo. Ao mesmo tempo, “melhorar as estratégias nacionais de exploração deve ser uma preocupação da estatal para agregar valor à atividade”, afirma o economista e professor da UFRJ, Mauro Osório.

LEGADO OLÍMPICO

O município do Rio, no entanto, é considerado um ponto fora da curva. Especialistas conside-

ram que, apesar das dificuldades, a cidade conseguiu deixar as contas públicas relativamente bem equilibradas. Os aportes para melhorar a infraestrutura com vistas à Olimpíada deixaram um legado para a cidade, principalmente na área de mobilidade urbana. Apesar de ter passado por uma revolução e ter se tornado um imenso canteiro de obras, os especialistas acreditam que seria necessário, no mínimo, mais dez anos para transformar a capital em modelo no quesito mobilidade. “O Rio estava com um hiato de mais de 30 anos em transporte. É uma cidade com uma topografia com muitos morros e isso dificulta o avanço das obras”, explica o coordenador de graduações em Engenharia do Ibmecc-RJ, Altair Ferreira Filho. “O dinheiro recebido para promover os Jogos Olímpicos tirou um atraso de dez anos que precisávamos corrigir”, afirma o engenheiro.

Mesmo com todo o investimento em BRTS (Bus Rapid Transit) e VLTs (Veículos Leves sobre Trilhos), ainda é preciso ampliar a rede de metrô da cidade. “O transporte subterrâneo com ônibus nas saídas das estações para fazer trajetos curtos ainda é a melhor solução”, ressalta Ferreira Filho. Entretanto, o projeto de ampliação do metrô, pronto desde a década de 1980, até hoje não saiu do papel. “Em Paris, por exemplo, temos terra firme. No Rio, temos água e areia. Teria que impermeabilizar toda a obra, o que deixa o projeto mais caro e complexo”, avalia o engenheiro do Ibmecc-RJ. Para interligar a cidade, seria necessária uma rede dez vezes maior do que a atual. “O metrô precisa crescer sentidos norte e oeste da cidade, pois os grandes empreendimentos imobiliários estão indo para essas regiões”, diz Ferreira Filho. Nesse aspecto, até é possível dizer que a cidade evoluiu nos últimos três anos, como conclui a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre o impacto do período de preparação dos Jogos Olímpicos. Segundo o coordenador da pesquisa, o economista Marcelo Neri, o estopim desse modelo desenvolvimentista foi atingido, mas virá pela frente um período de ressaca. “É preciso se reinventar. O Rio de Janeiro precisa de um projeto pós-olímpico”, diz. Para o especialista em administração pública da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Álvaro Martim Guedes, o Estado como um todo se acomodou em apenas uma fonte de recursos e agora tem um árduo desafio a superar. “Fala-se em reduzir empregos públicos, mas não é possível cancelar unidades de polícia pacificadora, fechar escolas e creches ou ainda reduzir o con-

trole ambiental. Está na hora de criar um plano alternativo efetivo.”

Para isso, algumas mudanças precisam ser colocadas em práticas com urgência. Entre elas, especialistas alertam que é o momento de reavaliar as riquezas e o potencial do Estado. “Desde a década de 1960, o Rio de Janeiro vive uma trajetória de decadência, seja pela mudança da capital, que levou empresas importantes, seja pela falta de tradição em pesquisas que apontem nossas qualidades regionais”, explica Osório, da UFRJ. Segundo ele, apesar de o petróleo estar localizado no Estado, empresas importantes de equipamentos estão em outras unidades federativas. Hoje, avalia o economista, ainda há um grande potencial no complexo de petróleo e gás na economia da saúde – o sistema público de saúde fluminense poderia atrair empresas para o Brasil tanto para investir em hospitais quanto em pesquisas – e no turismo e entretenimento. “A indústria poderia se desenvolver, por exemplo, na periferia metropolitana, mas encontra dificuldades básicas como falta de energia elétrica.” Também têm potenciais de expansão econômica as regiões de portos como os de Maricá, Itaguaí e Porto do Açu. “Essas estruturas geram muita receita tributária porque atraem a indústria e pode gerar novas fontes de renda”, destaca Osório.

Há ainda espaço para a indústria automobilística. O engenheiro do Ibmecc-RJ, Ferreira Filho, afirma que novos polos industriais podem se expandir em Resende, no sul do Rio. “Se bem explorada, essa região pode oferecer um ganho interessante ao Estado”, diz ele. No Porto do Açu, por sua vez, se boas ligações forem feitas com a rede ferroviária para escoar a produção, a região pode se transformar no tão necessário plano B. “O norte fluminense tem potencial de se tornar um dos principais polos de atração de negócios”, afirma. Até aqui, a trajetória do Rio de Janeiro poderia ser comparada à história de um dos homens mais ricos do Brasil e do mundo, o empresário Eike Batista, que viu seu império pessoal ruir, passando de US\$ 34 bilhões em 2012 para um patrimônio de US\$ 1 bilhão. Todavia, no caso do Estado do Rio, se o plano alternativo sair do papel e tiver como base investimentos no tripé indústria de petróleo, óleo e gás/sistema de saúde/turismo e entretenimento nos próximos dez anos, os resultados podem ser promissores.

&

SUA EMPRESA TEM MUITOS MOTIVOS PARA CONFIAR EM NOSSAS SOLUÇÕES.

O Senac oferece mais do que Educação Corporativa. Desenvolvemos soluções educacionais alinhadas com os objetivos estratégicos de sua empresa, sempre otimizando tempo e investimento em projetos presenciais e a distância.



+ de 6.500 clientes e mais de 625 mil pessoas capacitadas.



14 vezes vencedor do Top of Mind de RH.



Um dos **10** melhores fornecedores para RH em 2015.



6 vezes vencedor do Prêmio Fornecedores de Confiança.

sp.senac.br/corporativo
0800 707 1027

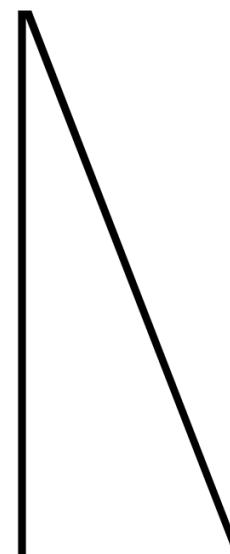
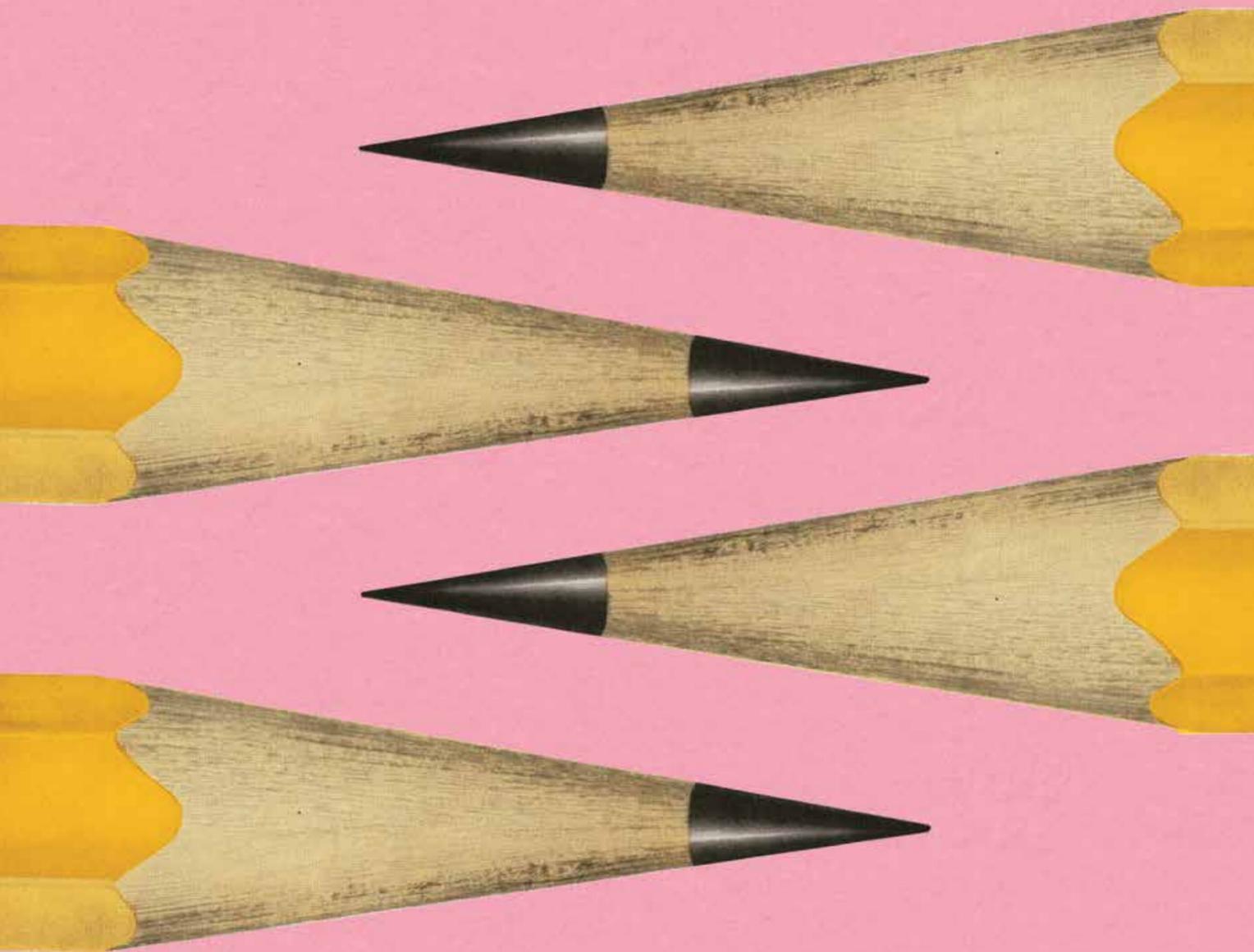


atendimento corporativo



ESCOLA PARA TODOS

texto RAÍZA DIAS



Na cidade de Erechim, interior do Rio Grande do Sul, todas as escolas públicas municipais são acessíveis para alunos com deficiência. São, no total, 15 unidades, que atendem aproximadamente 250 estudantes com deficiência física ou intelectual.

Essa experiência é, no entanto, isolada da realidade do restante do País. Isso porque das 183.487 instituições de educação básica brasileiras – tanto públicas quanto privadas –, apenas 26% têm dependências acessíveis e 32% dispõem de sanitários adequados às pessoas com deficiência, segundo dados do Censo Escolar/INEP de 2015.

Se considerarmos somente as 146.718 unidades públicas, apenas 24% têm estrutura adequada e 31% com sanitários acessíveis. Entre as escolas privadas, o percentual melhora um pouco (34% e 38%, respectivamente), de acordo com dados da plataforma QEdu, que reúne informações sobre o ensino básico brasileiro.

Na visão de especialistas, apesar de os números serem ainda baixos, a educação nacional tem demonstrado esforços consideráveis para atender a essa parcela da população. Não à toa, ao longo dos últimos anos um conjunto de legislações e normas foi implantado a fim de garantir o direito à educação para as pessoas com deficiência.

O exemplo mais expressivo é a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Brasil no Decreto nº 6.949/2009, que determinou a obrigação de o Poder Público assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis.

Mais recentemente, em janeiro, entrou em vigor o Estatuto da Pessoa com Deficiência, oriundo da Lei nº 13.146/2015, que veio para reforçar tais direitos. “Esse estatuto apenas condensou todos os avanços que a Convenção da ONU e nossa Constituição já garantiram. Vejo o Estatuto da Pessoa com Deficiência como uma peça a mais e não como algo que tenha trazido um benefício suplementar a todas as conquistas já realizadas. A Convenção, que foi incorporada à Constituição brasileira, já tem toda a força necessária”, avalia a professora do programa de pós-graduação em Educação da Unicamp e coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferença, Maria Teresa Egler Mantoan.

Para a especialista, o documento da ONU permitiu um avanço significativo no processo de inclusão. “Antes, a orientação era substituir o ensino de uma escola regular para especial quando não houvesse condições para o aluno com deficiência frequentá-la. Com isso, escolas

ANTES, A ORIENTAÇÃO ERA SUBSTITUIR O ENSINO DE UMA ESCOLA REGULAR PARA ESPECIAL QUANDO NÃO HOUVESSE CONDIÇÕES PARA O ALUNO COM DEFICIÊNCIA FREQUENTÁ-LA. AGORA, A NATUREZA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL ESTÁ DEIXANDO DE SER SUBSTITUTIVA PARA SER COMPLEMENTAR

comuns não se empenhavam em trabalhar com alunos com deficiência. Agora, a natureza da educação especial está deixando de ser substitutiva para ser complementar. É um desafio para que a escola comum se transforme”, analisa.

INSTITUIÇÃO PRIVADA

Um dos pontos trazidos pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência é a proibição de cobrança adicional ou recusa de matricular esses alunos em escolas particulares. A decisão foi, inclusive, parar no Supremo Tribunal Federal (STF), em ação direta de inconstitucionalidade apresentada pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen), entidade contrária à norma. O STF, no entanto, manteve a proibição. “Essa lei cria um atrito entre a escola, o deficiente, a família e o professor. Do ponto de vista empresarial, é um absurdo porque é dever do Estado atender o deficiente. Ao colocar esse aluno em uma escola particular, o Estado se desvencilha de uma obrigação e leva para a empresa, que é a instituição privada, causando uma despesa extra. Essa despesa recai sobre o outro aluno, o não deficiente, que não usa o serviço especial e que já economiza para o Estado ao pagar mais imposto”, critica o presidente da Confenen, Roberto Dornas. Para ele, a norma é discriminatória contra a escola e o aluno da instituição particular, que tem seu custo elevado em decorrência da decisão federal de não repassar o gasto da inclusão para o estudante com deficiência.

RECURSOS

A inclusão não se faz apenas com leis e esforços isolados. Ela depende também de investimentos. Para Maria Teresa, da Unicamp, parte dessa construção de acessibilidade nas escolas só é possível graças aos recursos públicos disponibilizados. “As verbas do governo para as redes de ensino municipais e estaduais ajudaram muito essas instituições a manter

os alunos com deficiência. Deixando de encaminhar esses recursos para escolas especiais, maior volume financeiro começou a ser utilizado na escola pública”, pontua.

Exemplo disso é o Programa Benefício de Prestação Continuada na Escola (BPC na Escola). Instituído em 2007, o projeto contribuiu para que o número de alunos com deficiência de até 18 anos de idade matriculados quadruplicasse, passando de 78,8 mil para 319 mil em nove anos, segundo dados de abril deste ano. O programa é disponibilizado por adesão de municípios onde os gestores fazem um diagnóstico nas áreas de educação, saúde e assistência social e direcionam estratégias para enfrentar os problemas que impedem ou dificultam o acesso à escola. Além disso, desde 2008 o Ministério da Educação repassa um valor em dobro do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) para escolas regulares que recebem esses alunos.

INICIATIVA MUNICIPAL

Apesar das verbas federais disponíveis, é necessário esforço local para adaptar a instituição ao aluno com deficiência. A professora Maria Teresa explica que não se pode esperar modelos de escola inclusivas. “Existem concepções educacionais. E uma concepção educacional inclusiva vai ser adotada em uma escola se acomodando às características individuais. Não existe uma regra universal. Toda escola brasileira tem autonomia para desenvolver esse projeto. E cada estudante deve ser respeitado em sua capacidade. No entanto, não é para se fazer um projeto adaptado para cada aluno, de estudos e atividades, porque estaria diferenciando-o dos demais. E diferenciá-lo por suas dificuldades é discriminação. O correto seria adaptar as atividades e avaliações”, orienta.

Na capital paulista tem sido assim. Desde 2004 a cidade organizou a divisão de educação especial, na Secretaria Muni-

cipal de Educação, e tem se adaptado à inclusão conforme a demanda. “Em 2003, 80% dos alunos com deficiência estavam matriculados em escolas especiais e hoje estão em regulares, por causa de políticas públicas e incentivo federal. Hoje, o número se estabilizou. Com base na matrícula da pessoa com necessidade especial, mobilizamos os recursos necessários para atendê-la e reduzir barreiras”, explica a diretora da divisão, Renata Garcia. Na rede municipal de ensino, atualmente são mais de 1,5 mil profissionais direcionados para atender a essa parcela de alunos, número duas vezes superior ao de quatro anos atrás.

Em Erechim, a educação inclusiva se tornou eixo de trabalho municipal. “Temos como prioridade a matrícula de crianças com deficiência, garantindo a vaga quando elas nos procuram. Esses alunos passam por avaliação e um psicopedagogo vai orientar sobre o que é necessário para ele estar inserido na educação regular, com um professor para auxiliar nas atividades da turma”, explica a secretária de Educação, Juliane Bonez. A boa prática da cidade rendeu o Prêmio Experiências Inclusivas – A Escola Aprendendo, do MEC e da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), para três unidades de ensino da cidade.

QUALIDADE × QUANTIDADE

O número de pessoas com deficiência nas salas de aula da educação regular aumentou. A qualidade do ensino, no entanto, é o próximo desafio. “Mexer com a questão estrutural é fácil – fazer uma rampa, um espaço para a cadeira de ro-

das se ajustar à mesa e ter tecnologia assistida –, mas para tornar o conhecimento acessível a todos é preciso uma grande mudança na educação”, avalia a professora Maria Teresa.

Para Wagner Santana, assessor técnico do Mais Diferenças, organização de interesse público que atua com educação e cultura inclusivas, a qualidade é a próxima etapa a ser almejada pelo País. “O Brasil avançou muito no que diz respeito ao acesso e consegue garantir que mais pessoas estejam na sala de aula. Mas a qualidade está entre os principais desafios”, diz. No entanto, ele acredita que o conceito da inclusão estimula a busca por melhorias. “Com a chegada de alunos com deficiência no ensino regular, a escola é desafiada a investir mais em práticas pedagógicas diferenciadas e a repensar os recursos e materiais usados”, avalia.

FORMAÇÃO CONTINUADA

Para alcançar melhores patamares de qualidade de ensino, é essencial a formação de educadores. A professora de línguas portuguesa e inglesa da rede estadual de ensino de São Paulo, Larissa da Costa, conhece bem essa realidade. “Não questiono a estrutura em si porque o aluno com deficiência tem de estar dentro da sala de aula. Mas hoje não há preparo nem investimento suficientes. Não adianta criar um plano governamental de inclusão se não são disponibilizados recursos para capacitar os professores”, questiona.

Segundo a profissional, a capacitação direcionada a atender esse estudante fica por conta de cada professor. “Ensinar o aluno com deficiência

física é mais fácil porque basta oferecer a acessibilidade estrutural. Mas quando a deficiência é intelectual, o professor precisa estar preparado, e isso não acontece”, reflete sobre as dificuldades.

Larissa já passou pela experiência de lecionar para alunos com deficiência e, segundo ela, precisou se esforçar individualmente para oferecer um ensino de qualidade. “Tive um aluno autista e outro sem diagnóstico fechado. Detectei que um deles gostava de resolver problemas de lógica, então trabalhei com isso nas aulas de língua portuguesa e por conta própria”, conta. Para ela, seriam necessários investimentos públicos na formação dos professores para que, em médio e longo prazos, estivessem preparados para atender esses alunos.

Além de atuar na rede de ensino, ela tem um irmão, Francisco Júnior, de 21 anos, com síndrome de Down. Atualmente, ele está matriculado em uma unidade da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) em São Caetano do Sul (SP). Ela conta que, no ensino infantil, ele chegou a estudar em uma escola convencional. “Nessa fase, as crianças não têm muita maldade e é mais fácil lidar com o diferente. No ensino fundamental também é positiva a interação, mas quando chega ao fim desse ciclo, aparecem as diferenças”, pondera.

Para tentar mitigar problemas de formação, existem iniciativas como a da própria Apae, que oferece cursos para professores e instituições de ensino. “Damos formação para que a integração seja a melhor possível. Abordamos desde questões práticas da inclusão até a instrumentalização dos professores com ferramentas que possam ajudar no dia a dia, considerando que o aluno com deficiência aprenderá o assunto, mas precisa de material complementar”, explica a gerente dos serviços socioassistenciais da Apae de São Paulo, Valquíria Barbosa.

Apesar dos entraves, a perspectiva no meio é de que a inclusão seja um caminho sem volta na educação brasileira e que evolua nos próximos anos, com base legislativa, esforço das instituições e demanda da sociedade. “A escola deve ser para todos. Todos devem encontrar um lugar nesse espaço”, avalia Wagner Santana, do Mais Diferenças. Para a professora Maria Teresa, “a inclusão não vem beneficiar alguns, mas todos”.

&



CONCESSÃO DE PARQUES EM DEBATE

texto RACHEL CARDOSO

R

Recentemente, o Governo do Estado de São Paulo sancionou uma lei que autoriza a concessão à iniciativa privada de 25 parques estaduais por até 30 anos. Além da exploração do potencial turístico dessas áreas, as empresas vencedoras das licitações poderão comercializar recursos madeireiros e subprodutos florestais. Em contrapartida, investirão em melhoria da infraestrutura, conservação e recuperação de áreas degradadas e proteção da biodiversidade das unidades. A iniciativa aqueceu o debate sobre a gestão desses espaços.

São áreas em situação de risco não só por falta de dinheiro, mas pelos trâmites burocráticos no repasse de verbas, que demandam uso regulado para a sua preservação. Um caso emblemático é o Parque Nacional da Capivara (PI), que chegou a ser fechado para a visitação pública. Isso porque uma decisão do Tribunal Regional Federal do Piauí impediu o repasse de uma verba do governo federal para a área, e a Fundação Museu do Homem Americano (Fumdhm), que administra o local, começou a mandar os funcionários para casa por não ter condições de pagá-los. Sem eles, não é possível receber turistas.

Trata-se de um imbróglgio por dinheiro que já se arrasta há anos no parque famoso por abrigar os mais antigos vestígios da ocupação humana no País. Com mais de 30 mil pinturas rupestres e 1,3 mil sítios arqueológicos, o local foi declarado como Patrimônio Mundial pela Unesco.

Por se tratar de um parque nacional, criado em 1979, sua gestão cabe ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), mas essa tarefa é dividida com a Fumdhm, entidade estabelecida pela arqueóloga Niède Guidon, em 1986, justamente para esse fim. A segurança, o plano de manejo e, principalmente, o dinheiro, porém, são responsabilidades do governo.

A seção do Piauí da Ordem dos Advogados do Brasil tinha entrado com uma ação civil pública contra a União, o Ibama (que fazia a cogestão inicialmente) e o ICMBio para obrigá-los, entre outras tarefas, a fazer uma dotação orçamentária específica para manutenção, funcionamento e preservação do parque. Pediram também uma liminar para bloquear quase R\$ 5 milhões de recursos da Câmara de Compensação Ambiental e liberação desses valores à Fundham.

Após um parecer inicial favorável, houve recurso e saiu a decisão final. O juiz Pablo Enrique Carneiro Baldivieso deu sentença negativa para a liberação do recurso bloqueado, uma vez que não existe um termo de parceria entre o ICMBio e a Fumdhm. Essa parceria, em teoria, existe, mas o acordo que estabelecia isso terminou no ano passado e até agora o ICMBio não assinou a renovação.

INVESTIMENTO

Portanto, a discussão sobre a melhor forma de preservar áreas como a do Parque Nacional da Capivara é um desafio que está na ordem do dia. “É preciso manter um fluxo de investimento para uma organização permanente e estruturada em médio e longo prazos”, diz o ambientalista João Paulo Capobianco, presidente do Instituto Democracia e Sustentabilidade e ex-secretário nacional de Biodiversidade e Florestas.

Segundo ele, somente ações contínuas serão capazes de sanar problemas recorrentes em todos os parques do Brasil. Observa, porém, que para garantir a conservação é preciso inserir a unidade – estadual, municipal ou nacional – num contexto local. “A sociedade e as comunidades do entorno precisam reconhecer esses espaços como relevantes e usufruir deles.”

As críticas em torno da lei aprovada pelo Governo de São Paulo são justamente sobre essa falta de envolvimento da população na construção da proposta. Para a coordenadora do Programa Vale do Ribeira do Instituto Socioambiental (ISA), Raquel Pasinato, o projeto vai prejudicar comunidades quilombolas, caiçaras e indígenas que já participam da gestão de recursos em algumas áreas. “Não somos contra a concessão, mas faltou diálogo”, diz. “Muitas famílias sobrevivem dos serviços prestados nesses parques, que poderão ser assumidos por grandes empresas.”

Apesar disso, há consenso de que a lei é uma oportunidade para criar um dinamismo importante entre iniciativa privada, Poder Público e sociedade, desde que as regras sejam bem definidas e transparentes. “As áreas preservadas podem ser fonte de riqueza para o País, contribuindo para geração de oportunidades de lazer, emprego, renda e bem-estar para a população”, diz Guilherme Passos, do Conselho do Instituto Semeia, organização não governamental (ONG) que atua como articulador entre os setores público e privado na gestão de parques. “O instituto não advoga um

MANUTENÇÃO INADEQUADA E DEFICITÁRIA DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO NO BRASIL EXIGE DEBATE SOBRE PRÓS E CONTRAS DE PARCERIA COM A INICIATIVA PRIVADA

modelo específico, mas o Brasil é um dos países mais atrasados do mundo no que diz respeito ao uso público de áreas protegidas”, explica Passos.

Em nações desenvolvidas como os Estados Unidos, o Estado consegue destinar recursos de forma adequada. No Brasil, no entanto, onde os recursos são escassos (inclusive para saúde e educação), as escolhas são mais complexas. “O problema está nas prioridades na agenda de um governo sem orçamento quando existe um déficit de 20% no volume de recursos necessários para conservação dos parques”, completa o diretor-executivo do Instituto Semeia, Fernando Pieroni, para quem tem havido certa confusão com os termos “concessão” e “privatização”.

“Não se trata de privatização pelo Estado de seus bens públicos, já que não é uma transferência definitiva, mas uma outorga de prestação do uso de um bem público por um privado, de acordo com preceitos legais”, explica a analista ambiental Larissa Diehl, do ICMBio, responsável pela gestão dos parques nacionais.

CASOS DE SUCESSO

No caso das unidades de conservação, destaca Larissa, a concessão é utilizada para delegar a prestação de serviços de apoio à visitação, como hospedagem, alimentação, atividades de ecoturismo, lojinhas de souvenir, aluguel de bicicletas, entre outros serviços. É o que acontece no Parque Nacional do Iguaçu, que recebeu no último ano mais de 1,5 milhão de visitantes. A visitação do

parque dobrou durante os primeiros 15 anos da concessão, recém-renovada.

O planejamento, a pesquisa e a proteção da unidade de conservação continuam a cargo do Poder Público. Além da concessão, são utilizadas outras modalidades de delegação de serviços, como a permissão (contratos curtos) e a autorização.

Há ainda a parceria público-privada (PPP), um contrato administrativo de concessão em que há aporte de recursos orçamentários governamentais, além dos investimentos privados. Normalmente é utilizada para conferir maior atratividade ao negócio proposto quando não se tem certeza pela demanda dos serviços ofertados.

Experiências como a do Parque Nacional da Tijuca, no Rio, mostram que é possível estabelecer coparcerias para otimizar a atração de recursos humanos e financeiros e melhor prestação de serviços de apoio à visitação. Lá existe um acordo de cooperação que regula uma gestão compartilhada, envolvendo além de Estado e município, a Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb), a Empresa Municipal de Vigilância S/A, a Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro, a Secretaria do Patrimônio da União e o ICMBio.

Nesse caso, foi licitada a concessão de uso de área de aproximadamente 20,5 mil metros quadrados do ICMBio para a prestação de serviços de controle de acesso rodoviário e transporte de visitantes no trecho Paineiras Corcovado, cobrança de ingressos, estacionamento de veícu-

Visitação do Parque Nacional do Iguaçu dobrou nos primeiros 15 anos da concessão. Em 2015, recebeu mais de 1,5 milhão de pessoas



los, alimentação, lojas de conveniência e centro de visitação e eventos com ônus para o concessionário de implantação de estruturas físicas necessárias. Vale lembrar que, juntos, Iguaçu e Tijuca respondem por algo em torno de 60% de toda a visitação a parques nacionais no Brasil, que somou 7,14 milhões em 2015.

INSPIRAÇÃO

A Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo diz que experiências como essa, e outras tantas internacionais, foram levadas em conta na aprovação da lei de concessão. Fora do Brasil, muitos países apresentam históricos com os quais é possível aprender, como Reino Unido, Japão e Estados Unidos, onde atualmente existem em torno de cem parques concedidos, gerando em torno de 25 mil empregos diretos na alta temporada e receita bruta de US\$ 1 bilhão/ano, informa a assessoria de comunicação por e-mail. O Yellowstone National Park, no Estado norte-americano de Wyoming, é um deles.

São áreas que tiveram aumento na visitação com as concessões porque se consegue oferecer melhor qualidade de serviço, às vezes até com hospedagem no local. O Estado, esclarece a assessoria da Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, é e sempre será o fiscalizador dos contratos, como previsto na própria legislação que regula as concessões no País.

Não é diferente com a Lei nº 16.260/2016, sancionada pelo governador Geraldo Alckmin,

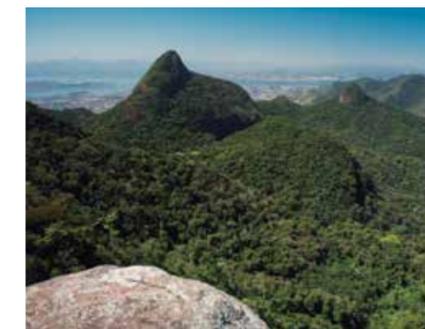
que determina um conjunto de requisitos mínimos, entre eles a aprovação pelo órgão gestor da unidade de conservação. Isso significa que, já na elaboração do edital, as comunidades, representadas por conselhos, devem participar da formatação das regras específicas para cada unidade.

Além disso, a lei determina o favorecimento das condições de desenvolvimentos social e econômico das populações tradicionais e das comunidades existentes no interior e no entorno das áreas concedidas, bem como formas de valorização e utilização da mão de obra e dos produtos locais e regionais.

A secretaria informa ainda que é preciso uma correção no que diz respeito ao número de parques, já que *parque* é uma categoria de unidade de conservação prevista na Lei Federal nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), com uma série de regras, como a vedação de qualquer exploração dos recursos florestais madeireiros e não madeireiros.

Assim, a lei sancionada em São Paulo prevê a concessão de 12 parques estaduais (unidade de conservação de proteção integral), seis florestas estaduais (unidade de conservação de uso sustentável) e cinco estações experimentais (categoria de proteção exclusiva do Estado de São Paulo).

&



Parque Nacional da Tijuca, no Rio, tem gestão compartilhada entre Estado e município



VACINAS

ALIADAS VALIOSAS

texto MILU LEITE

Desde 1905, a saúde pública do Brasil conta com uma aliada no combate às doenças: as vacinas. Passados mais de cem anos desde a revolta popular em reação à obrigatoriedade da imunização contra a varíola – em campanha polêmica empreendida pelo médico sanitarista Oswaldo Cruz –, elas continuam sendo instrumento imprescindível para evitar a disseminação de variados males causados por microrganismos que não cessam em se multiplicar e diversificar.

No entanto, nos tempos atuais, alguns vilões ainda causam preocupação, caso de varicela, sarampo, caxumba, febre amarela e paralisia infantil. Outros só passaram a assustar mais recentemente, como é o caso das doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti*: a dengue, a febre chikungunya e o zika vírus, associado a um tipo de microcefalia em bebês.

Se para as tradicionais já existe um arsenal de imunizações cientificamente comprovadas,

para a dengue a corrida pelo descobrimento de uma vacina eficaz teve início em um passado recente em diversos centros de pesquisa pelo mundo. A França foi a primeira a chegar a um resultado com a vacina Dengvaxia, produzida pelo grupo Sanofi Pasteur. Após os trâmites de praxe na Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (Cmed), órgão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), ficou decidido que a vacina, importada e já disponível em clínicas particulares espalhadas pelo Brasil, tem preços mínimo de R\$ 132,76 e máximo de R\$ 138,53.

Para chegar a essa versão, a multinacional francesa inseriu o gene do envelope do vírus da dengue no genoma do vírus da vacina da febre amarela, que é atenuado. No processo de imunização, são necessárias três doses com intervalos de seis meses, e ela é indicada para pessoas com idade entre 9 e 45 anos, ficando de fora crianças e idosos. A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda a vacina para regiões com alta taxa de transmissão e surtos recorrentes.

UMA VACINA CONTRA A DENGUE JÁ CHEGOU AO MERCADO E DUAS OUTRAS ESTÃO EM DESENVOLVIMENTO

No Brasil, ela não foi integrada à relação das que compõem o Programa Nacional de Imunização (PNI). Mesmo assim, o Paraná lançou uma campanha de vacinação gratuita para uma parcela da população, recorrendo à Dengvaxia e desembolsando R\$ 100 por cada dose. A aplicação de 500 mil vacinas teve início em agosto em 30 municípios paranaenses, incluindo a cidade de Maringá, uma das mais atingidas pela dengue entre agosto de 2015 e julho de 2016. Em todo o Estado, foram cerca de 56 mil casos em apenas um ano.

PESQUISAS EM ANDAMENTO

Sob uma ótica mais abrangente, entretanto, a iniciativa é tímida. Diante do alarmante aumento do número de casos da doença (de janeiro a abril já somavam 802 mil – 97,1 mil casos a mais na comparação com mesmo período de 2015), o Brasil precisa urgentemente das vacinas que estão sendo desenvolvidas paralelamente pelo Instituto Butantan, em São Paulo, e pelo Complexo Tecnológico de Vacinas do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos/Fiocruz), no Rio de Janeiro.

A vacina do Butantan já passou pelas fases 1 e 2, que comprovam a sua aplicabilidade em humanos e a sua capacidade de estimular o sistema imunológico para a produção de anticorpos, respectivamente. Agora, está sendo submetida aos testes clínicos finais. Nessa etapa, o instituto conta com a ajuda de 17 mil voluntários de 13 cidades brasileiras, entre elas São José do Rio Preto, São Paulo, Manaus, Fortaleza, Boa Vista e Porto Velho. Comprovada sua eficácia, a estimativa é que a população passe a gozar de seus benefi-

cios em um ano. Produzida com vírus vivos, mas geneticamente enfraquecidos, ela tem potencial para proteger, com uma única dose, contra quatro tipos de vírus da dengue. A expectativa é de que a taxa de imunização fique entre 80% e 90%.

Para chegar aos resultados obtidos atualmente, os estudos começaram em 2008, fruto de parceria de colaboração com os Institutos Nacionais de Saúde dos Estados Unidos (NIH, na sigla em inglês), inicialmente com financiamento da Fapesp, e depois, do BNDES. “Os trabalhos envolveram a atenuação do vírus por métodos de biologia molecular, no NIH, o desenvolvimento da produção viral em grandes quantidades, assim como sua purificação, estabilização e liofilização no Butantan, para torná-la uma vacina com utilização universal”, explica o diretor do instituto, responsável pelo desenvolvimento industrial e clínico da vacina, Jorge Kalil.

A versão do complexo Bio-Manguinhos/Fiocruz está em fase de pesquisas pré-clínicas (estudos em animais), segundo informa sua assessoria de imprensa. O prazo estimado para produção e finalização das três fases de testes é de cinco anos, segundo documento publicado pela entidade na internet.

Nota divulgada pela Fundação Oswaldo Cruz e a GlaxoSmithKline (GSK) esclarece que a investigação está focada numa substância inativada para dengue e faz parte do acordo de transferência de tecnologia assinado em 2009, que prevê o desenvolvimento da vacina pediátrica para pneumococo (criada pela multinacional), que passará a ser produzida pelo Instituto Bio-Manguinhos. Haverá também parceria científica entre as duas instituições para o desenvolvimento

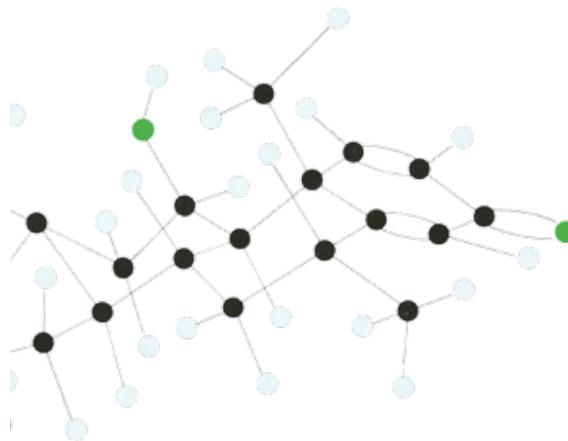
tecnológico do imunizante da dengue e, em outro momento, de febre amarela inativada e malária.

O objetivo dessa parceria é acelerar o processo de desenvolvimento. A ideia é somar essa iniciativa aos estudos já conduzidos na Fiocruz em busca de uma vacina para os quatro tipos de dengue por meio de outra abordagem tecnológica. A plataforma científica para obter o imunizante (que utilizará a tecnologia de cultura de células em alta densidade para produção de antígenos virais) será formulada com um potente adjuvante e poderá ser usada no desenvolvimento de outras vacinas virais inativadas, como as de febre amarela e malária.

Embora realizando pesquisas em separado, Butantan e Bio-Manguinhos mantêm um canal aberto para troca de informações. “Não duplicamos os esforços nos estágios tardios e caros de desenvolvimento de vacinas, mas existe um diálogo constante entre as instituições. Nas pesquisas iniciais de descoberta, podemos ter a duplicidade, até mesmo dentro da própria instituição, pois ainda não se tem ideia do que vai funcionar melhor. É o caso da vacina da zika, por exemplo”, explica Kalil.

NOTIFICAÇÃO PARA CONTROLE

As duas instituições são responsáveis pela produção das vacinas que integram o PNI, que atualmente conta com 17 vacinas, além das dez especiais para grupos em condições clínicas diferenciadas, casos de pessoas soropositivas. Todas elas somaram no último ano cerca de 400 milhões de doses distribuídas em mais de 36 mil salas de vacinação e 42 centros de referência imunobiológicos especiais espalhados pelo País.



Reconhecido mundialmente, o programa obteve conquistas importantes ao longo dos seus 46 anos de existência. Erradicou a poliomielite e a rubéola e se prepara para comemorar a vitória sobre o sarampo. Até o fim de 2016, a OMS deve chancelar o certificado de eliminação da doença no País, tornando oficial a sua extinção no continente americano.

Enquanto a certificação não vem, o Estado de São Paulo lançou em agosto um alerta para impedir a sua reintrodução. Os últimos surtos com origem em território nacional ocorreram em 2000, no Acre e no Mato Grosso do Sul. Já entre 2013 e 2015, os surtos disseminados em Pernambuco e Ceará tiveram origem em pessoas contaminadas por contato com estrangeiros. Sendo São Paulo o Estado com maior trânsito de indivíduos e produtos, o alerta tem o objetivo de assegurar a interrupção da circulação do vírus caso ela venha a acontecer.

O sarampo é uma doença cuja ocorrência tem notificação compulsória por parte dos agentes de saúde, obrigatoriedade que não inclui todas as doenças infantis. O comunicado compulsório é importante para que se trace um panorama verdadeiro a respeito da incidência das doenças em determinadas regiões. Sem esse procedimento, corremos riscos como os que estamos enfrentando em relação aos surtos “não oficiais” de caxumba em algumas cidades brasileiras. De janeiro a junho deste ano, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo contabilizou 842 casos da doença, número sensivelmente superior aos 671 episódios comunicados em 2015, mas certamente muito distante da quantidade real, já que muitos hospitais, prontos-socorros e médicos não fazem a notificação.

O Ministério da Saúde enfatiza que a melhor maneira de se combater a doença é intensificando campanhas de vacinação e ressalta que enviou em julho mais de um milhão de doses da tríplice viral e 75 mil da tetra viral, ambas indicadas para prevenção da caxumba, entre outros males.

DESAFIOS DA DISTRIBUIÇÃO

Num país de proporções continentais como o Brasil, os desafios são ainda muitos e vão desde o tamanho da fatia do orçamento reservada à área da saúde até a funcionalidade de uma estrutura de certificação e distribuição de material médico, insumos, medicamentos e, claro, vacinas. A operacionalização das ações com foco na vacinação da população depende de uma ampla rede que envolve governo federal e secretarias estaduais e municipais. Falhas em alguma dessas instâncias comprometem o programa.

O caso da falta de vacina da gripe que ocorreu em maio em algumas cidades brasileiras é um bom indicador dessa dificuldade. O governo federal informou no começo daquele mês que já havia enviado aos Estados brasileiros 71% das doses previstas para imunizar contra o vírus H1N1 as pessoas que integram o grupo de risco (maiores de 60 anos, crianças de 6 meses até 5 anos, trabalhadores de saúde, povos indígenas, gestantes, puérperas, pessoas privadas de liberdade e funcionários do sistema prisional). No total, foram 54 milhões de doses para imunizar 49,8 milhões de pessoas.

A imprensa noticiou a disponibilidade, mas nos dias seguintes o que se viu foram municípios alarmados com a escassez do imunizante.

Na cidade de Dourados, no Mato Grosso do Sul, a população fez mutirão na porta dos postos de saúde porque a campanha foi suspensa logo no primeiro dia por falta de produto. A explicação das autoridades locais deixava a responsabilidade da Secretaria Estadual de Saúde na distribuição das vacinas. Em nota, o órgão estadual informou que a situação seria normalizada assim que fosse colocada em prática nova estratégia de distribuição.

Já em Santa Catarina há escassez da vacina contra a hepatite B. De acordo com a chefe da Divisão de Imunização da Dive/SC, da Secretaria Estadual de Saúde, Luciana Amorim, o último ano de abastecimento normal foi em 2014, quando o Estado recebia uma média de 136,5 mil doses ao mês para garantir a imunização de toda a população. Desde 2015, a entrega vem ocorrendo de forma irregular, com redução entre janeiro e outubro e conseqüente falta de abastecimento em novembro e dezembro. Luciana explica que o desabastecimento parcial dessa vacina em todo o território nacional está relacionado ao atraso no cronograma de entrega do Laboratório Butantan, único que a produz.

Por meio de sua assessoria de imprensa, o Ministério da Saúde informou que, em julho, foram enviados 2,7 milhões de doses da vacina contra a hepatite B para todo o País, sendo 150 mil para Santa Catarina, o que corresponde a 100% do total solicitado pelo Estado. Também garantiu que a distribuição do imunizante está regular em todo o território nacional, com as remessas encaminhadas aos gestores estaduais de saúde, que são os responsáveis pela distribuição aos municípios.

De acordo com Luciana, os estoques da vacina DTP (difteria, tétano e coqueluche) também estão oscilantes porque o Ministério da Saúde tem enfrentado dificuldades para mantê-los. Como solução temporária, está sendo indicada a aplicação da vacina pentavalente (a DPT mais hepatite e *Haemophilus influenzae*) em crianças menores de sete anos. Engordam a lista de vacinas em falta, de forma sazonal e pulverizada por diferentes cidades brasileiras, a BCG, a tetra viral, a da febre amarela e a antirrábica. Detectar o que ocasiona esse desabastecimento e aprimorar processos de logística entre União, Estados e municípios é medida urgente e necessária.

&



BRASIL SÊNIOR

O rótulo de país de jovens não cabe mais ao Brasil, que vem se transformando num jovem país de cabelos grisalhos. Segundo as estatísticas, caminhamos rapidamente rumo a um perfil demográfico cada vez mais envelhecido. A mudança se dá em razão da queda da mortalidade infantil, do aumento da expectativa de vida e de uma redução da taxa de fecundidade. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) dão conta que, em 2025, o Brasil será o sexto do mundo com o maior número de pessoas mais velhas. Diante dessa realidade, estamos preparados para lidar com as questões da longevidade?

texto RACHEL CARDOSO | fotos RUBENS CHIRI

Q

Quando em meados da década de 1990 os problemas ambientais vieram à tona, a sociedade teve de passar por uma reeducação que a levou a rever seu comportamento. De lá para cá, o entendimento do ciclo de vida de um produto faz parte do cotidiano das mais diversas gerações, que entenderam a preservação do meio ambiente como algo essencial para o futuro do planeta. O desafio agora é modificar a compreensão sobre o ciclo da vida humana para ressignificar a longevidade, um fenômeno inédito para os brasileiros.

“Tudo é muito novo e demanda uma mudança cultural até do próprio idoso. É preciso não só entender, mas viver o envelhecimento com naturalidade”, diz Simone Jardim, embaixadora da Aging 2.0, organização global com sede em São Francisco, nos Estados Unidos, que promove o fortalecimento de startups focadas em produtos e serviços inovadores para o

público acima de 50 anos. No Brasil, há duas representações desse ecossistema de negócios, chamados “capítulos”: o de São Paulo e o do Rio de Janeiro.

Simone destaca que o Brasil é um país que ainda não aceita rugas e segue um padrão de beleza juvenil. Não à toa, chegou a liderar o ranking de cirurgias plásticas, à frente dos norte-americanos. “O preconceito tem de acabar e a sociedade precisa entender quais questionamentos devem ser feitos diante da diversidade cultural da população para desenvolver políticas públicas eficientes”, avalia. “A velhice não é homogênea.”

Sinal disso vem do empreendedor Antônio Vilmar Stachuk. Dono de um café numa badalada academia de São Paulo, Tony, como é conhecido, tem 56 anos, é homossexual e mora sozinho. Gosta de ir ao teatro e beber cerveja e tem muitos sonhos, entre os quais viajar pelo mundo. Os planos, porém, são sempre adiados, pois o trabalho consome tempo integral, das 6h às 22h, inclusive aos sábados. Nem por isso pensa em se aposentar. “É graças a esse corre-corre que mantenho a alegria de viver”, conta.

Pensamento semelhante tem o engenheiro Mário Scolari. Aos 60 anos e recém-aposentado, nem sonha em parar. E é justamente para atender pessoas como Tony que vem se dedicando ao projeto Idade Livre, uma startup voltada para o turismo na maturidade. “O turismo é uma consequência da busca pelo bem-estar”, explica o novo empreendedor, que cursa pós-graduação em Marketing Digital. “Quem se considera idoso aos 60 vive em outra época.”

Não é o que sente na pele a jornalista Denise Ribeiro. Embora não revele a idade, ela experimentou o preconceito no mercado de trabalho ao passar dos 50 e se ver descartada pelas empresas de comunicação, que costumam priorizar os jovens. “Eu tenho um excelente histórico profissional, mas ele não é levado em conta”, avalia. “Tenho a sensação de estar numa arca de Noé humana, cercada de clichês por todos os lados”, reclama.

Essas histórias de vida indicam que é preciso levar em conta que nem todos os idosos querem levar uma vida aventureira como jovens. E nem todos os idosos desejam se aposentar ou passar o restante de suas vidas tricotando ou jogando dominó numa praça. “Há de se chegar a alternativas

para todos os anseios”, diz a gerontóloga Marília Berzins, doutora em Saúde Pública e presidente do Observatório da Longevidade Humana e Envelhecimento (Olhe).

Para ela, o Brasil ainda não dá a devida atenção à questão do envelhecimento. “Não há políticas públicas estabelecidas, o mercado não leva em conta as reais necessidades da maturidade e os idosos não protagonizam a própria causa, que é o envelhecimento, uma das maiores conquistas da história recente da humanidade”, avalia.

Marília destaca que se trata de um segmento expressivo, representando hoje algo em torno de 13% do total da população brasileira e 17,9% do eleitorado. Entretanto, as questões que envolvem o envelhecimento e suas implicações não estão pautadas nas agendas eleitorais de nenhuma esfera. “Temos um marco legal bastante avançado, mas na prática há a escassez dos serviços garantidos por esses instrumentos. É um Brasil legal distante do Brasil real.”

Essa ausência do compromisso político com as questões da maturidade reflete o pensamento social em relação ao envelhecimento, ainda fundamentado em mitos e preconceitos. “O jovem sempre é prioridade, e enquanto esses padrões dominantes não se romperem, não haverá avanços na construção de uma sociedade para todas as idades.”

Apesar de algumas conquistas como o Estatuto do Idoso, a complexidade de lidar com a maturidade ainda padece de males crônicos como o abandono, a violência e o preconceito. Infelizmente, é comum encontrar idosos em situação vulnerável, como Aurélio Mei, de 81 anos, hoje morador do Lar dos Velhinhos de Campinas (SP). Ele morou com a irmã até sua morte, quando a sobrinha o convidou para continuar com a família. Ao completar 80 anos, sendo 60 deles trabalhando, decidiu vender sua banca de frutas no centro da cidade e buscar outra ocupação.



Foi quando teve todo seu dinheiro roubado pela sobrinha, com quem mantinha uma conta conjunta. “Estou há um ano aqui no Lar, cuido da horta e estou muito feliz”, conta. “O importante é ocupar a cabeça com algum tipo de atividade.”

Algo nem sempre permitido por pura discriminação. E discriminar pessoas como seu Mei ou qualquer grupo etário tem um nome: etarismo, problema muito frequente no mercado de trabalho.

Experiência da seguradora Mondial Assistance mostra que há preconceito evidente até mesmo entre os idosos. A empresa contratou 40 pessoas mais velhas e passou por uma saia-justa para resolver conflitos entre mulheres que nunca tinham trabalhado dentro do próprio grupo.

Para amenizar questões como essa, o empresário Nilton Molina idealizou o Instituto de Longevidade Mongeral Aegon. O objetivo é contribuir com ações concretas, especialmente na área do trabalho, de cidades e de mobilização social, a fim de propor soluções em torno da questão da longevidade.

“Trata-se de uma parcela da população vista ainda como um fardo para a economia. Foi o déficit na Previdência Social que despertou o Brasil para questões relacionadas ao envelhecimento”, diz Molina.

Por meio do instituto surgiu o Movimento Realidade, que reúne apoiadores de todos os

Dono de um café numa badalada academia de São Paulo, Tony, como é conhecido, tem 56 anos, é homossexual, mora sozinho e trabalha das 6h às 23h: “É graças ao corre-corre do trabalho que mantenho a alegria de viver”



Seu Aurélio, de 81 anos, está há um ano no Lar dos Velhinhos de Campinas, decisão tomada após ter sua poupança roubada pela sobrinha: “Estou muito feliz aqui e o mais importante é ocupar a mente seja lá como for”

segmentos da sociedade e do governo em torno do tema, a fim de discutir a rápida mudança demográfica no Brasil e aprofundar a percepção das oportunidades e dos desafios provocados por esse processo.

São duas as propostas encabeçadas pelo movimento. A primeira é a requalificação e reinserção dos profissionais com mais de 50 anos no mercado de trabalho, por meio da implantação do Regime Especial de Trabalho do Aposentado (Reta), que prevê incentivos fiscais e tributários a empresas que contratarem pessoas nessa faixa etária. O Reta é comparado à Lei de Estágio, prevendo relações trabalhistas mais flexíveis e incentivos para empresas que empregarem profissionais aposentados e com mais de 60 anos, projeto que está em linha com o Estatuto do Idoso. A redação do projeto de lei é dos professores Hélio Zylberstajn, da FEA, e Nelson Mannrich, da Faculdade de Direito da USP.

Outra medida é a criação do Índice Real Idade de Longevidade, coordenado pelo pesquisador Wesley Mendes da Silva, do Instituto de Finanças da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV/SP). O projeto destacará anualmente as cidades brasileiras mais bem preparadas para atender às necessidades de suas comunidades, cada vez mais longevas. “Reunimos mais de 80 indicadores de 500 cidades brasileiras”, conta Nilton Molina.

Ele destaca que o grande vetor para a largada do instituto foi uma pesquisa do Data Popular sobre a renda média dos brasileiros com 50 anos ou mais, que está 40% acima da renda média nacional. É um público que movimenta em torno de R\$ 1,58 trilhão, equivalente ao consumo de duas Holandas. “Mesmo assim, além da indústria da doença, não se vê nenhuma outra investindo em produtos específicos”, diz.

O Movimento Real.Idade se assemelha à plataforma da Associação Americana dos Aposentados (AARP), uma organização sem fins lucrativos composta por sócios que ajuda pessoas acima de 50 anos ou mais a melhorar sua qualidade de vida. A AARP atua com serviços comunitários e em pesquisas, eventos, produtos e serviços, em que os recursos para sua sustentabilidade são arrecadados. Cada sócio paga cerca de US\$ 20 ao ano e tem direito aos benefícios que a associação oferece, como cartões de crédito.

A Rede Lab 60+ é outra que propõe respostas positivas e inovadoras para a longevidade. Trata-se de uma rede de negócios transformadores com foco em produtos e serviços pensados para atender consumidores de idade mais avançada. A proposta é modificar as visões estereotipadas que a sociedade brasileira ainda tem sobre as pessoas mais maduras, como considerá-las “velhas” demais para trabalhar ou iniciar um negócio próprio, praticar esportes radicais ou voltar à sala de aula. “É um espaço que fomenta a conexão da diversidade intergeracional ou setorial na busca de soluções para as questões trazidas pelo envelhecimento”, define o idealizador Sérgio Serapião. “Dessa forma, cidadãos também vivenciam e ressignificam essa etapa da vida.”

Com a mesma ideia nasceu o Maturity Now, movimento em rede aberta para conectar agentes transformadores da maturidade e com propósito de gerar mudanças na sociedade, conforme descreve Max Nolan Shen, idealizador do projeto. “A ideia é criar novas soluções de produtos e serviços por meio do empreendedorismo na maturidade.”

Além do foco na maturidade, iniciativas como o Maturity Now, o Lab 60+ e o Aging 2.0 têm em comum a aposta no pensamento disruptivo e na atuação por meio de parcerias estratégicas. Seus protagonistas perceberam que fazer mais com mais idade permite não só rever conceitos, mas colocar em prática alternativas mais eficazes para lidar com as necessidades da população idosa que, hoje, alcança países ricos e emergentes.

Sinal de que iniciativas como essas são bem-vindas e têm contribuído para a sociedade vem da Virada da Maturidade, que teve a sua segunda edição em setembro deste ano em São Paulo. Idealizado pelos psicólogos Fernanda Gouveia e Fernando Seacero, o evento contou com uma agenda de atividades e discussões acerca dos desafios e das oportunidades da longevidade. Ao ouvir um depoimento de um idoso ou uma história de vida, por exemplo, o público – seja lá de qual geração for – é tocado. A Virada da Maturidade quer mobilizar e gerar reflexão, causar impacto e surpreender. “Está funcionando”, afirma Fernanda.

PAÍS MAIS LONGEVO

Na esteira dos países desenvolvidos, o Brasil terá população majoritariamente idosa em 2030. Se-

O ESTATUTO DO IDOSO, LEI FEDERAL DE 2003, É UMA GRANDE CONQUISTA SOCIAL, MAS A COMPLEXIDADE DE LIDAR COM A MATURIDADE AINDA PADECE DE MALES CRÔNICOS, COMO O ABANDONO, A VIOLÊNCIA E O PRECONCEITO

gundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), daqui a 14 anos o grupo de idosos de 60 anos ou mais será maior do que o grupo de crianças com até 14 anos. Em 2055, a participação de idosos na população total será maior que a de crianças e jovens com até 29 anos.

A tendência de envelhecimento da população já foi observada no Censo de 2002 e ganhou força nos últimos dez anos. Em comparação com o último Censo, a participação do grupo com até 24 anos de idade caiu de 47,4% em 2002 para 39,6% em 2012. Houve também aumento da idade média da população, que passou de 29,4 anos em 2002 para 33,1 anos em 2012.

Dado importante para entender o crescimento da população idosa é a razão de dependência total, que leva em conta o quociente de pessoas economicamente dependentes e o de potencialmente ativas, dividido entre dependência de jovens e dependência de idosos. Entre 2002 e 2012 aumentou de 14,9 para 19,6 a razão de pessoas de 60 anos ou mais para cada grupo em idade potencialmente ativa. A expectativa é que esse número triplique nos próximos 50 anos, chegando a 63,2 pessoas de 60 anos ou mais para cada 100 em idade potencialmente ativa em 2060.

Os idosos, segundo a pesquisa, são em sua maioria mulheres (55,7%) brancas (54,5%) e moradores de áreas urbanas (84,3%), e correspondem a 12,6% da população total do País, considerando a participação relativa das pessoas com 60 anos ou mais. Os números do IBGE mostram ainda que a principal fonte de rendimento dos idosos de 60 anos ou mais foi a

aposentadoria ou a pensão, equivalendo a 66,2%, e chegando a 74,7% no caso do grupo de 65 anos ou mais.

NOVO OLHAR

A Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) divulgou em julho uma publicação que analisa o funcionamento de instituições dedicadas a idosos na Argentina, na Cidade do México, no Chile e no Uruguai.

O secretário-executivo adjunto da Cepal, Antonio Prado, destaca que as instituições públicas devem responder às demandas e necessidades dos idosos, entre as quais se destacam oportunidades de emprego e atenção médica.

Para ele, isso é fundamental para a implementação da Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, já que há uma transição demográfica em curso, provocando um processo de envelhecimento que aumenta as pressões políticas e financeiras aos sistemas de proteção social da região. Prado afirma ainda que a idade é um fator de discriminação em toda a América Latina.

Segundo dados das Nações Unidas, 73,5 milhões de pessoas com 60 anos ou mais vivem na América Latina e no Caribe, o que representa 11,5% da população da região. A previsão é que em 2050 esse número suba para 200 milhões – 26% da população local.

&

O MODELO POLÍTICO BRASILEIRO

Quem acha que as coisas são fáceis não sabe o que realmente está acontecendo. A vida redistribui para outros o bem que os distraídos ou ingratos desprezam por achar pouco

O modelo político brasileiro atual, de 1985 a 2016, conhecido como “Nova República”, com sua estranha combinação de estabilidade institucional precária e crises político-econômicas periódicas, chegou ao máximo de sua falsa virtude, e cai como folha seca. Essa estruturação produziu sete eleições presidenciais diretas com duas destituições de eleitos. Entender sua ruína pode nos ajudar a encontrar uma saída melhor para o País, uma vez que época nova, de fato, não sustenta mais práticas antigas.

Nenhum governante deveria imaginar ser possível mudar o ponto de partida da história da sociedade que pretende governar, tampouco supor que a soberania simbólica da autoridade pressupõe a legalidade de qualquer dos seus atos. No Brasil, essa pretensão produziu a maioria de suas crises, porque nossos políticos não compreendem que são, periodicamente, cedidos pela sociedade ao Estado. Ou seja, o bom político não está lotado no Estado, como um tijolo na parede. O seu objetivo deveria ser o de exercer o mandato, e não o de preservá-lo a qualquer custo.

Essa mentalidade é sustentada pelas tendências predominantes de transferir a culpa nos outros, imaginar que crises políticas sempre nascem de problemas econômicos ou que o sistema de crenças que existe hoje no Brasil – a ideologia da sociedade moderna – tem sua base no pensamento de classes sociais.

Na verdade, as crises atuais não são culpa nem da economia nem da sociedade. Foi o descomedimento da política que incendiou essa economia. As tais crises tiveram sua origem no usufruto equivocado, pelos governos petistas, dos ciclos eleitorais. A eleição brasileira, de uma maneira geral, é interpretada como mandatária e autorizadora para o governante levar ao limite as prerrogativas do poder. Assim compreendido, sem sentidos de calma e perspectiva, quer começar do zero a vida de um país que fará 200 anos de Independência.

Foi essa política de pleno uso da paciência da sociedade – com improvisações de todo o tipo e julgando ser possível retirar do sistema eleitoral a justificativa para saturar a rea-

lidade com sua visão particular – que fez o governo fornecer combustível aos problemas econômicos e tirar do catálogo das virtudes políticas a esperança da sociedade.

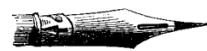
As instituições brasileiras andam sem eficácia para modificar ou conter comportamentos aberrantes. Um dos motivos é o fato de que os níveis material e simbólico que andam operando o sistema dos três Poderes não é o da vida corriqueira dos cidadãos. A inadaptação da elite do Estado à lógica dos fenômenos do dia a dia na ordem democrática está criando uma casta no Brasil. A maioria dos cidadãos brasileiros não vivencia suas relações sociais ou de classe como soberba, privilégio ou artimanha. Assim, não forma sua consciência, ou organiza sua vida, de acordo com esses valores. O privilégio de autoridades e Poderes da União, incompatível com o bom senso, coisa natural e irrefletida entre nós, está desarticulado da realidade social dos brasileiros.

Essa forma irreal de governar, aplicada aos sistemas econômico e produtivo, não permite ao País obter sucesso na produção de riqueza. A prosperidade para todos não ocorre se não houver monotonia de regras e relações adequadas de confiança estáveis e previsíveis. É preciso reconstruir o caminho do capitalismo no Brasil, além de estabilizar e modernizar os sistemas de arrecadação e gastos do Estado que desenxora e interdita a atividade econômica.

O que o Estado vem oferecendo aos brasileiros são ficções que se tornaram mitos, tais como as ideias de que excesso de regulação é transparência; que o custo da vida humana cabe no orçamento das empresas; que o trabalho é adoeccor; que envelhecer é um problema e não uma glória; que a riqueza nasce de rendas inúteis; que asfixiar seu criador é um caminho para acabar com a pobreza; e que o futuro é um ponto imóvel no qual o mundo desenvolvido estacionou à nossa espera.

Ora, o imposto só permite um destino comum para a sociedade se o Estado considerá-lo de forma política e filosoficamente distributiva. Como mera questão técnica opressiva de arrecadação, o imposto é um vaticínio da má política pública, pois o Estado de bem-estar social não é filho automático do Estado fiscal e tributário. Ele nasce do Estado justo, capaz e democrático. Estes são os principais desafios do governo de Michel Temer: identificar as contradições do modelo político brasileiro e conferir real virtude ao seu funcionamento.

&



PAULO DELGADO

sociólogo e copresidente do Conselho de Economia, Sociologia e Política da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP)

B



texto FILIPE LOPES | foto RUBENS CHIRI



O historiador dos construtores do Brasil



101 Brasileiros que Fizeram História

Editora Estação Brasil, 2016

obra do jornalista e escritor Jorge Caldeira reúne títulos que jogam luz à análise da identidade do Brasil. Em *101 Brasileiros que Fizeram História* (Editora Estação Brasil, 2016), ele retrata “desde o primeiro homem a desembarcar de um navio em 1500 por aqui até figuras notáveis dos dias de hoje que empreenderam o desafio de viver na primeira sociedade multiétnica do planeta”, como escreve Eduardo Bueno na sinopse.

Membro da Academia Paulista de Letras, Caldeira, em seus livros, não se limitou a traçar o perfil de nomes da esfera política, mas também de homens de negócios que influenciaram o desenvolvimento socioeconômico do País, como Júlio Mesquita, fundador do jornal *O Estado de São Paulo*. “Comecei a pesquisar sobre o Brasil há uns 40 anos. Entretanto, acredito que minhas prin-

cipais obras sejam biografias de empresários. Os historiadores não gostam muito do setor corporativo, mas resolvi estudar sobre isso porque o Brasil foi construído por empreendedores. Os portugueses que imigraram para cá vieram para empreender, e isso [a vocação ao empreendedorismo] continua até hoje”, aponta.

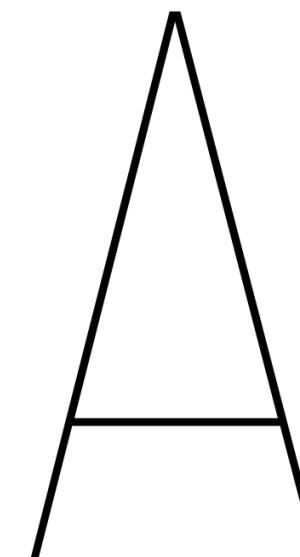
“Ou entendemos que o Brasil é um país global ou continuaremos isolados, enquanto o mundo todo vive a globalização. Aqui ainda achamos que o pré-sal é só nosso, que as empresas públicas são nossas, quando, na verdade, tudo isso é global e assim cresceremos como nação. Hoje estamos divididos e só começaremos a entrar nos trilhos quando nos unirmos”, opina sobre o momento atual do País.

&



VINDA DA MISSÃO ARTÍSTICA FRANCESA COMEMORA 200 ANOS

texto HERBERT CARVALHO



A derrota definitiva de Napoleão em 1815 encerrou um longo período de guerras que afetou os países europeus e suas colônias. Enquanto na Europa o Congresso de Viena redesenhava o mapa político do continente sob o comando das monarquias restauradas, nas Américas o império colonial espanhol se fragmentava irreversivelmente.

O Brasil escapara de semelhante destino em 1808, quando aqui aportou D. João VI, acompanhado da corte e da família real portuguesa, após atravessar o Oceano Atlântico sob a proteção da armada inglesa, em espetacular fuga da invasão napoleônica. “Foi o único que me enganou”, queixou-se em suas memórias, pouco antes de morrer no exílio da Ilha de Santa Helena, o imperador que exportara a Revolução Francesa a ferro e fogo.

Da noite para o dia, a modesta capital colonial do Rio de Janeiro viu sua população de 60 mil habitantes dobrar de tamanho ao se tornar sede do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, designação adotada pelo império lusitano governado com base nos trópicos.

A exótica e pitoresca cidade tinha, na primeira década do século 19, além de um porto congestionado pelo excesso de navios negreiros, apenas 75 logradouros públicos, entre ruas, travessas, becos e largos. Na medida em que as restrições coloniais eram superadas – sob o impacto da abertura dos portos e da criação de uma rede de órgãos governamentais como o Banco do Brasil, a Biblioteca e a Imprensa Nacional –, ganhavam impulso atividades ligadas ao conhecimento e à cultura, com a fundação de museus, teatros e escolas.

Em 1816, com a morte de sua mãe D. Maria I (a *Rainha Louca*), D. João se torna rei do Brasil e de Portugal sem, entretanto, cogitar um retorno à tumultuada Europa, o que só ocorreria em 1821, às vésperas de nossa Independência. Nesse meio tempo, a corte imigrada se ressentia da falta de uma iconografia capaz de traduzir em imagens, para o mundo e seus próprios súditos majoritariamente iletrados, a representação oficial do único império que então se erguia ao sul da linha do Equador.

A ocasião não poderia ser mais propícia para o preenchimento dessa lacuna. Isso porque a mais portentosa estrutura concebida para produzir uma arte grandiosa a serviço do Estado – integrada por pintores, escultores, gravadores e arquitetos arregimentados por Napoleão para a veiculação de sua própria imagem – estava agora ociosa e dispersa diante do ocaso de seu patrono.

“Com a idade de 60 anos, pai de uma família numerosa, achei-me no meu país, vítima de uma revolução cuja agitação crescente eliminou minha modesta fortuna. Assustado sobretudo pela última invasão de Paris, todas as minhas esperanças se dirigem ao asilo que Vossa Majestade escolheu para si mesma na sabedoria de suas concepções.” Quem assim escreve ainda em 1815 oferecendo seus serviços ao príncipe de Portugal e sua augusta família – disposto a qualquer coisa, desde ensinar desenho aos infantes até o cargo de humilde conservador de quadros e estátuas dos palácios reais – é ninguém menos do que o célebre pintor de telas de paisagens e retratos históricos napoleônicos Nicolas-Antoine Taunay, membro do Instituto Real de França, antiga Academia Francesa de Artes ao tempo dos Luíses. A invasão a que se refere em seu desesperado apelo é a tomada da capital francesa pelos exércitos da coligação vitoriosa em Waterloo, marco inicial da perseguição que os partidários dos Bourbon restaurados no poder promoveriam contra adversários acusados de bonapartistas e regicidas.

NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO 19, PINTORES E ESCULTORES ERAM BEM RAROS NO BRASIL E SE RESUMIAM A UNS POUCOS MESTRES BARROCOS, COMO ANTÔNIO FRANCISCO DE LISBOA, O ALEIJADINHO

Assim, muitos artistas franceses falidos e desempregados existiam, mas por que buscariam abrigo na corte de um rei absolutista, até então considerado um inimigo foragido? E por que D. João deveria recebê-los?

COLÔNIA LEBRETON

O paradoxo se explica por antecedentes de ambos os lados. O Brasil se instalou no imaginário dos franceses desde que em 1555 outro Nicolas (Durand de Villegaigon) por aqui fracassara no intento de estabelecer uma França Antártica. O território atraía a curiosidade por ser uma terra de enorme fauna e exuberante flora, onde se acomodara uma realza tão tradicional quanto as europeias no quesito de proteção às artes e aos artistas, sem, entretanto, deixar-se contaminar pelo ódio que havia devastado o velho continente.

Portugal, por sua vez, há muito oscilava entre Inglaterra e França, potências hegemônicas na era dos impérios e das revoluções. Se a primeira se tornara a principal força industrial, a segunda exercia incontestável atração cultural como epicentro das ideias iluministas. Entre os adeptos do alinhamento com os franceses, destacava-se Antônio de Araújo, o Conde da Barca, ministro que estivera preso em Paris nos anos mais duros do Terror. Seria ele o idealizador da vinda ao Brasil daquela que passaria à história como a Missão Artística Francesa, cujos componentes tinham como principal tarefa a de constituir o núcleo do-

cente de nossa Academia Imperial de Belas Artes.

Na primeira metade do século 19, pintores e escultores eram bem raros no Brasil e se resumiam a uns poucos mestres barrocos, como Antônio Francisco de Lisboa, o Aleijadinho. Tampouco Portugal exibia tradição na formação de pintores, ao ponto de que apenas um retrato de D. João VI havia sido pintado antes da partida para o Brasil. Desse modo, tão logo foram restabelecidas as relações diplomáticas, coube ao Marquês de Marialva, embaixador extraordinário de Portugal na França, a tarefa de recrutar e organizar a vinda de artistas e futuros professores.

A escolha para liderar a expedição recaiu sobre Joaquim Lebreton, secretário perpétuo da Classe de Belas-Artes do Instituto da França e um dos fundadores do Museu do Louvre, destituído de seus cargos após a restauração dos Bourbon por sua recusa em devolver aos países de origem obras obtidas às custas da guerra e da ocupação napoleônica. Morto em 1819 no Rio de Janeiro, foi dele a seleção dos componentes da Colônia Lebreton, composta pelos artistas e suas famílias. Quarenta pessoas embarcaram no Calpe – pequeno barco à vela de bandeira norte-americana que partiu do Havre em janeiro de 1816 e aqui aportou dois meses depois.

“O ardor natural dos artistas franceses despertava as ilusões gloriosas que deviam conformar nosso primeiro passo rumo a uma terra

desconhecida”, anotou ao chegar Jean-Baptiste Debret, pintor de história e decoração que se destacaria do grupo por retratar o Brasil com a mais rica profusão de detalhes.

Desembarcaram ao som dos tiros de canhão que anunciavam a morte de D. Maria I, além dos pintores Debret e Nicolas-Antoine Taunay, o irmão mais novo deste, Auguste-Marie Taunay, escultor de renome a quem coubera executar, em 1807, o Arco do Triunfo do Carrossel no palácio do Louvre; o arquiteto Auguste Henri-Victor-Grandjean de Montigny – que seria o primeiro professor de Arquitetura do Brasil e introdutor do Neoclassicismo –; e o gravador Charles-Simon Pradier. Completavam o grupo de mestres-artífices engenheiros, mecânicos, ferreiros, seralheiros e carpinteiros.

Em agosto de 1816, logo após o funeral da rainha, D. João VI assinou os decretos de criação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, o que estabelecia uma pensão anual de 800\$000 para cada um dos artistas. Lebreton, como chefe, ganhava o dobro, enquanto os artesãos ficavam com menos da metade. No total, a despesa para o erário era de 8.032\$000. A contrapartida principal dos contratados era a de construir cenários e dar grandiosidade àquela aristocracia perdida nos trópicos.



Esta matéria foi ilustrada com obras e recortes de obras de Debret em domínio público

VIAGEM PITORESCA

Pintor que se tornaria mais famoso no Brasil do que na França, Debret era um legítimo representante da burguesia esclarecida e culta. Seu pai, Jacques Debret, escrivão do Tribunal de Paris, interessava-se por história natural e mantinha amizade com Dauberton e Lesage, célebres naturalistas da época. O jovem Jean-Baptiste teve uma educação humanista primorosa no Lycée Louis-le-Grand, o mais moderno estabelecimento de ensino da época, de onde saíram revolucionários do porte de Robespierre e Desmoullins.

Sua maior influência foi o primo Jacques-Louis David (20 anos mais velho), principal pintor de Napoleão e autor da monumental tela de registro da consagração do imperador e coroação da imperatriz Josefina na catedral de Notre-Dame, em 2 de dezembro de 1804. É dele também o famoso quadro *A Morte de Marat*, de 1793, que mostra o revolucionário assassinado na banheira. Terminou seus dias na Bélgica, exilado.

De 1785 a 1814, o estúdio de David em Paris seria considerado o mais importante da Europa, e, nele, Debret dirigiu durante 15 anos o ateliê dos alunos. Em duas temporadas na Itália, desenvol-

veu o estilo neoclássico presente em seus quadros de casamentos reais e coroações e também o gosto pelas cenas do cotidiano e figuras populares retratadas nas 151 pranchas da obra *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, publicada em três volumes em Paris, entre 1834 e 1839.

Durante os 15 anos que passou no Brasil, até retornar à França, em 1831, Debret trabalhou intensamente. Ele testemunhou a transformação de uma colônia em país independente: retratou D. João VI e sua aclamação como rei e a rainha D. Carlota Joaquina no momento do retorno a Portugal; a chegada da princesa austríaca Leopoldina e seu casamento com D. Pedro I; a aclamação e posterior coroação de nosso primeiro imperador e o segundo casamento com Amélia de Luxemburgo; e, finalmente, a aclamação de D. Pedro II, após a abdicação do pai.

Não se resumiu, porém, aos fatos históricos que presenciou e desenhou com o rigor que teria uma fotografia. Ele nos mostrou como se vestiam e se divertiam, trabalhavam e eram enteradas pessoas ricas e simples, livres e escravas. Em seu livro em estilo de almanaque, formato que fazia sucesso na Europa, estão representa-

Os “escravos de ganho”, que recebiam parte do que vendiam. Negro comercializando carvão e vendedoras de milho

dos os índios e os aspectos da mata brasileira e da vegetação nativa; a escravidão, inclusive os castigos e suplícios aos quais eram submetidos os escravos; cenas do cotidiano; manifestações culturais; e festas e tradições populares.

Debret não se limitou a desenhar e a pintar. Sua obra é toda comentada por ele próprio e o texto foi traduzido por Sérgio Milliet. No best-seller *1808*, Laurentino Gomes reproduz uma passagem na qual o pintor se mostra escandalizado com a falta de boas maneiras dos ricos durante as refeições: “O dono da casa come com os cotovelos fincados na mesa; a mulher, com o prato sobre os joelhos, sentada na sua marquesa, à moda asiática; e as crianças, deitadas ou de cócoras nas esteiras, lambuzam-se à vontade com a pasta de comida nas mãos. As mulheres e crianças não usam colher nem garfos; comem todos com os dedos”.

Menos fiel à realidade (ao ponto de colocar vacas nas praias) e pouco interessado na corte brasileira, o veterano pintor Nicolas-Antoine Taunay deixou apenas um registro histórico nas 45 obras que produziu durante os cinco anos em que permaneceu aqui. Trata-se de uma tela de D. João e D. Carlota passando em frente ao Paço

de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista. Deixou, no entanto, belíssimas paisagens da Baía de Guanabara, do Outeiro da Glória e de bairros como Botafogo, Laranjeiras e Tijuca.

Costumava incluir a si próprio nos quadros, saudando o casal real na obra mencionada e em minúsculas dimensões, para melhor destacar a imensa natureza do País, como na tela *Cascatinha da Tijuca*. “O Brasil parecia difícil de representar: os escravos surgiam em situações desumanas e o pintor sempre reclamou da luz brilhante demais da América, dos verdes ‘excessivos’ das florestas e do céu do Rio de Janeiro, que considerava ‘exagerado’”, explica a professora Lilia Moritz Schwarcz em seu livro *O Sol do Brasil – Nicolas-Antoine Taunay e as Desventuras dos Artistas Franceses na Corte de D. João* (Companhia das Letras, 2008).

NOVA ERA

O primeiro evento grandioso a contar com a participação de todos os artistas da Missão Francesa foi a coroação de D. João VI, realizada em 6 de fevereiro de 1818, após um ano de luto pela morte da rainha-mãe. Três monumentos neoclássicos erguidos no largo do Paço pelo arquiteto Montigny

DURANTE OS 15 ANOS QUE PASSOU NO BRASIL, ATÉ RETORNAR À FRANÇA, EM 1831, DEBRET TESTEMUNHOU A TRANSFORMAÇÃO DE UMA COLÔNIA EM PAÍS INDEPENDENTE

Funcionário público em passeio com a família, incluindo seus escravos



evocavam a Antiguidade Clássica: um templo dedicado à Minerva, com uma enorme estátua da deusa erigida por Auguste Taunay e, debaixo de sua égide, o busto de D. João VI sobre um pedestal; um imenso arco do triunfo com mais de 13 metros de altura e 15 metros de largura; no centro da praça, um obelisco de estilo egípcio, com pintura externa imitando o granito vermelho.

A população, extasiada, acompanhava a tradição finalmente alcançar os trópicos. “Fazia uma agradável sensação a vista simultânea destes monumentos grego, romano e egípcio, não só pela beleza da iluminação que os decorava, mas também pelo bom gosto de sua arquitetura, que só pessoas inteligentes podiam conhecer e apreciar”, resumiu Luiz Gonçalves dos Santos, um memorialista da época, mais conhecido como *Padre Perereca*.

Em 13 de maio de 1818, foi apresentado o drama alegórico em quatro atos *Himeneu*, que entoava loas à monarquia lusitana. Como decoração para esse balé histórico, Debret pintou D. João VI ladeado por alegorias greco-romanas, como a Fortuna e a Fama. O Rio de Janeiro jamais vira tanta pompa, repetida meses depois na recepção à princesa Leopoldina.

Apesar de inaugurarem uma nova era para as belas-artes brasileiras, a vida dos artistas franceses por aqui não seria nada fácil. Ferrenhamente perseguidos pelo cônsul francês Maler, que os acusava de bonapartistas e manobrou para atrasar a criação de nossa Academia, tiveram que enfrentar também a hostilidade dos artistas portugueses e brasileiros. Montigny, por exemplo, era tachado de ser mero projetista, incapaz de construir um edifício sólido. Pura inveja contra o arquiteto que construiu o prédio da Academia Imperial de Belas Artes, finalmente instalada por D. Pedro I em dezembro de 1826. Situava-se na atual Avenida Passos e foi demolido em 1938, dele sobrando apenas o portal que ainda hoje pode ser visto no Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Foi também o primeiro urbanista da cidade que adotou definitivamente e onde morreu, aos 74 anos de idade.

O primeiro dos integrantes da Missão a partir fora o gravador Simon Pradier, queixando-se

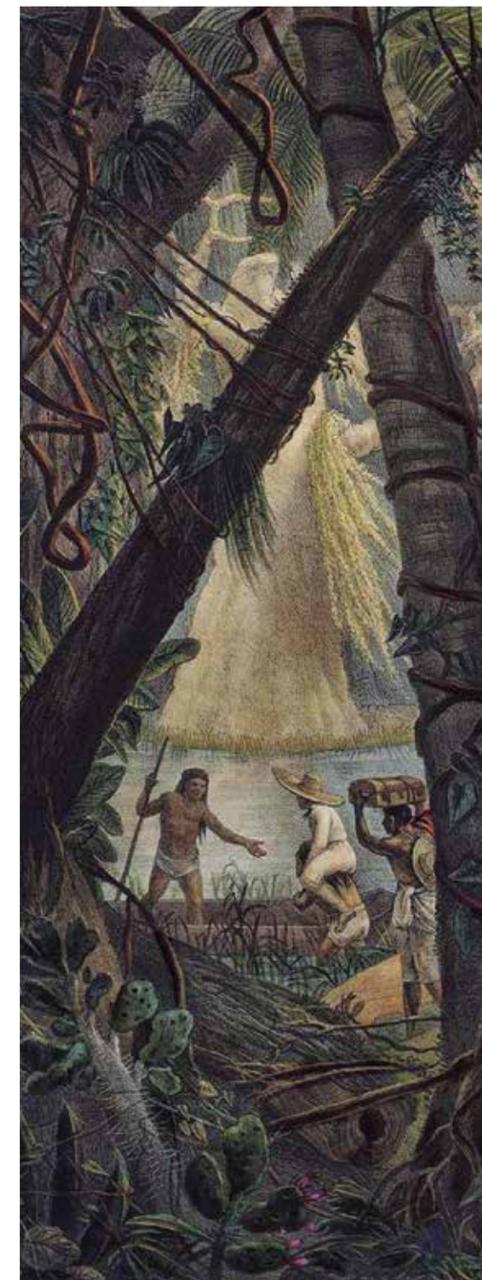
da falta de recursos para imprimir gravuras. Retornou em 1818 levando consigo os retratos que Debret pintara de D. João e a cena da chegada da princesa Leopoldina. Essas obras foram gravadas e difundidas, dando visibilidade ao material que mais tarde comporia a *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*.

Nicolas-Antoine Taunay morreu na França em 1830, mas deixou no Brasil uma descendência que se notabilizaria nas artes e na literatura. O filho, Félix-Émile Taunay, tornou-se professor de pintura de paisagem e diretor da Academia de Belas Artes. O neto, Alfredo Maria Adriano d’Escragnolle Taunay, é o autor de *A Retirada da Laguna* – relato escrito em francês de episódio da Guerra do Paraguai, da qual participou como militar – e do célebre romance *Inocência*, traduzido para diversas línguas. Afonso d’Escragnolle Taunay, o bisneto, foi um escritor e biógrafo que publicou o livro *A Missão Artística de 1816*, contando as aventuras do antepassado ilustre e seus companheiros.

O escultor Auguste Taunay, ao contrário do irmão, decidiu ficar no Brasil, onde morreu solteiro, em 1824. Inconformado com a demora na instalação da Academia, abriu cursos livres, juntamente com alguns colegas franceses. Deixou poucas obras, tanto na França como no Brasil, entre as quais um busto em gesso em homenagem a Camões.

Cansado e saudosos da família, Debret voltou à França logo após a abdicação de D. Pedro I, cujo reinado acompanhou do primeiro ao último dia. Levava consigo o discípulo predileto, Manuel de Araújo Porto Alegre, que ia aperfeiçoar seus estudos em Paris. Em 1837, o governo brasileiro, reconhecendo os serviços prestados, concedeu-lhe uma pensão. Dois anos depois, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o elegeu como sócio. Na capital da França, tornou-se arquivista e historiador da carreira de seu primo e mestre David. Morreu em 28 de junho de 1848, aos 80 anos de idade.

&



Arquivo Centro Pró Memória Hans Nobiling/Coleção Willy Alberto Heitmann

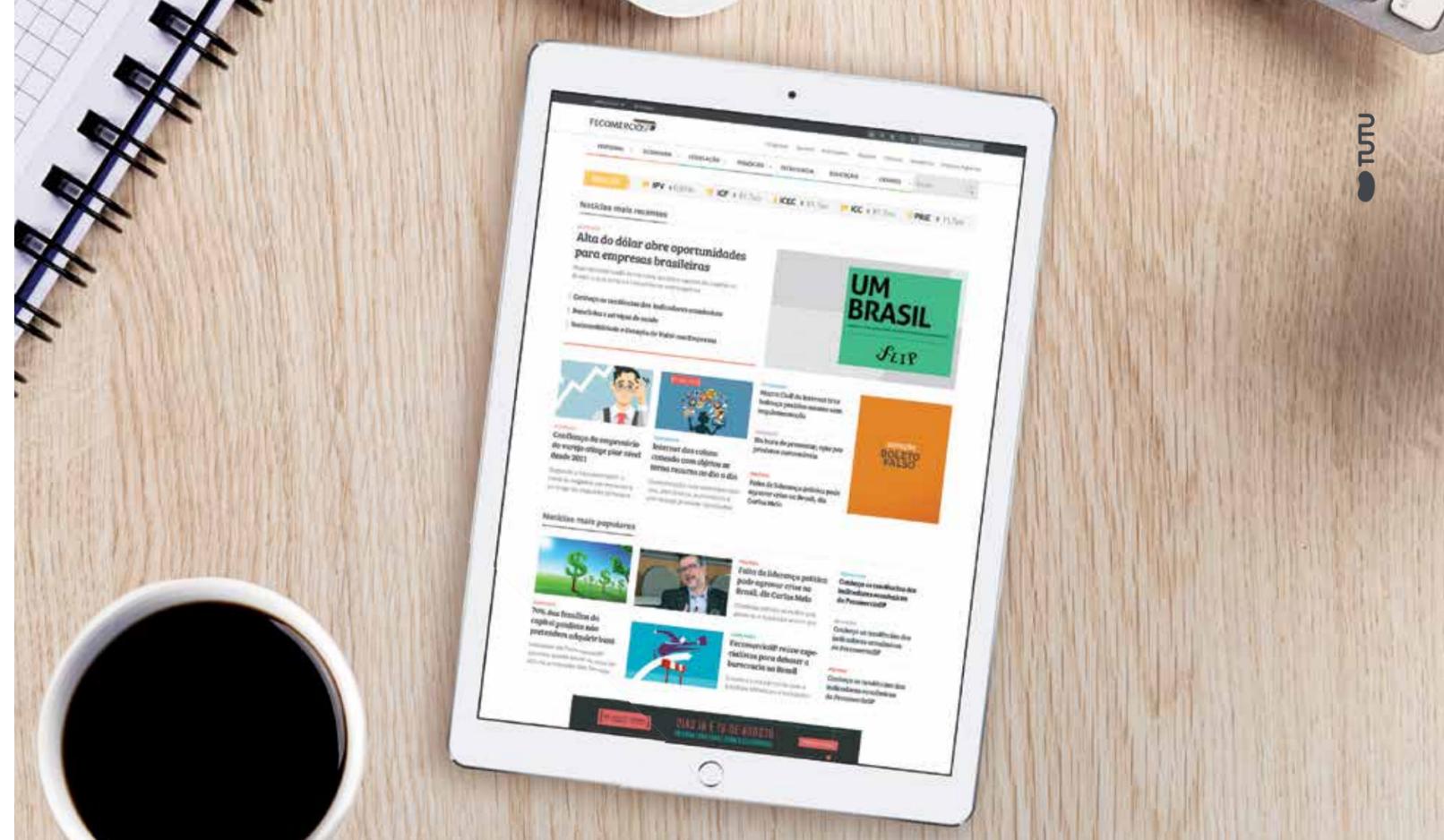


RIO PINHEIROS

texto FILIPE LOPES

Para os mais jovens, é quase impossível imaginar que as águas limpas do Rio Pinheiros, que banha a cidade de São Paulo, refrescavam banhistas e recebiam competições aquáticas até o início do século 20. Oriundo do encontro do Rio Guarapiranga com o Rio Grande, teve seu curso alterado em 1940, quando se iniciou o processo de canalização, desviando suas águas para a Represa Billings e tornando possível a instalação da Usina Henry Borden, localizada em Cubatão.

Com a industrialização e o crescimento da população, passou a receber esgoto de maneira clandestina e teve seu pior momento de poluição na década de 1980. O Governo do Estado de São Paulo já gastou R\$ 160 milhões em tentativas frustradas de despoluição. Além de investidas governamentais, o rio conta com as ações da ONG Águas Claras do Rio Pinheiros, que busca ajuda para recolocá-lo no convívio do paulistano.



Mais do que
uma fonte de
informação,
um novo olhar
para os seus
negócios.

Para ser empreendedor, é preciso disposição para acordar cedo, abrir as portas e olhar para todos os detalhes do negócio, além de atenção à evolução do mercado.

O papel da **FecomercioSP** é dar apoio aos sonhos de quem ajuda a construir o nosso País. Para isso, produzimos e publicamos artigos e estudos sobre economia, sustentabilidade, legislação, negócios, e-commerce, tecnologia, capacitação, educação e cultura.

Todo esse conteúdo está disponível no **Portal FecomercioSP**, que lhe permite acessar, de forma mais simples e intuitiva, a informação que ajudará a manter o seu estabelecimento em crescimento.

Visite o portal em www.fecomercio.com.br, acesse o nosso conteúdo e aproveite para adquirir hoje um novo olhar para os seus negócios.

Afinal, amanhã estaremos abertos.



www.fecomercio.com.br

PODE EXPORTAR



MTU

O Certificado de Origem da FecomercioSP ficou ainda mais barato.

Quando chega o momento de expandir os horizontes dos seus negócios, quanto mais simples, melhor. Então, não dá para perder tempo com burocracias desnecessárias. A FecomercioSP emite o Certificado de Origem para o seu produto na hora. Não demora, é garantido e agora tem preço especial para a sua empresa exportar mais. Para mais informações, entre em contato pelos telefones da unidade São Paulo – (11) 3254-1652 | (11) 3254-1653 e unidade Santos – (13) 2101-2889 ou pelo site www.programarelaciona.com.br/beneficios-certificado-origem.php

Certificado de Origem da FecomercioSP. O jeito rápido, prático e mais barato de exportar.

FECOMERCIO SP
Representa muito para você.